



AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

AEVSF

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA

FACAPE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL – PDI

2016-2020

Prof. Me. Antonio Henrique Habib Carvalho
Presidente da AEVSF (mantenedora)

DIRETORIA DA FACAPE

Profª Esp. Chirley Vanuyre Cordeiro Vianna
Diretor Administrativo/Financeiro

Prof. Esp. José Alberto Gonçalves de Moura
Diretor Executivo

Profª Dra. Vânia Cristina Lasalvia
Diretora Acadêmica

COORDENAÇÕES ACADÊMICAS

Prof. Esp. Florisvaldo Cavalcante dos Santos
Curso de Administração

Profa. Esp. Michela D'arc Campos Mota
Curso de Comércio Exterior

Prof. Ma. Maria Celimar da Silva
Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Profa. Dra. Maria do Socorro Macedo Coelho
Curso de Economia

Prof. Ma. Carlos Eduardo Romeiro Pinho
Curso de Direito

Profa. Ma. Cynara Lira de Carvalho Souza
Curso de Ciência da Computação

Prof. Dr. Agnaldo Batista da Silva
Ciências Contábeis

Prof. Jonas Figueiredo Matos
Estágio Supervisionado

Prof. Dr. Carlos Gonçalves de Andrade Neto
Pós-Graduação Pesquisa e Extensão

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Prof. Dr. Márcio Ferreira Araújo Silva – Presidente
Professor Titular

Prof. Dr. Carlos Gonçalves de Andrade Neto
Membro

Prof. Dr. Josenilton Nunes Vieira
Membro

Prof. Me. José Carlos Ferreira
Membro

Profa. Liana Mello da Silva Souza
Membro

Marilúcia de Souza Correia Vasconcelos
Assessora Pedagógica - Membro

Ícaro Teixeira Amorim
Técnico Administrativo - Membro

“E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos
de nossas certezas”
(Paulo Freire)

5

LISTA DE ABREVIações

AEVSF – Autarquia Educacional do Vale do São Francisco
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
CA – Centro Acadêmico
CAD – Central de Apoio ao Discente
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior
CCB – Custo da Cesta Básica
CCMA – Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem.
CDA – Conselho Deliberativo Autárquico
CEE/PE – Conselho Estadual de Educação de Pernambuco
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE/CES – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Superior
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DCE – Diretório Central de Estudantes
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EFSEP – Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina
FACAPE – Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FATI – Faculdade da Terceira Idade
GRT – Gratificação de Retribuição por Titulação
GTI – Gestão De Tecnologia da Informação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituição de Ensino Superior
IF-SERTÃO – Instituto Federal do Sertão
INCRA – Instituto Nacional de Colonização Rural
INCUBAVALÉ – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do São Francisco
INES – Instituto Nacional de Engenharia de Software
INVASF – Incubador de Base Tecnológica do Vale do São Francisco
ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas
NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional
ONG – Organização não governamental
PAE – Profissional Analista Especializado
PCCV – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos
PEIEX – Projeto Extensão Industrial Exportadora
PES – Profissional de Ensino Superior
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROCON -Proteção e Defesa do Consumidor
PROUPE – Programa Universidade para todos de Pernambuco
PTA – Profissional Técnico-Administrativo
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SAE – Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Ensino
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC – Serviço Social do Comercio
SEST – Serviço Social do Transporte
SESI – Serviço Social da Indústria
SESu– Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Tecnologia
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE – Universidade Estadual de Pernambuco
VALEEXPORT - Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Raio de atuação da FACAPE	17
FIGURA 2 – Área ampliada de influência do Polo Juazeiro-Petrolina	18
FIGURA 3 – Organograma da AEVSF	54
FIGURA 4 – Organograma da FACAPE	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e Metas de Gestão da FACAPE	22
Quadro 2 – Objetivos e Metas de Ensino, Pesquisa e Extensão da FACAPE	23
Quadro 3 - Objetivos e Metas de Infraestrutura da FACAPE	24
Quadro 4 – Síntese dos Cursos de Graduação da FACAPE	46
Quadro 5 – Acervo bibliotecário da FACAPE em 2016	63
Quadro 6 – Quantitativo de títulos e volumes, por área do conhecimento, no acervo da FACAPE em 2016	63
Quadro 7 – Quantitativo de usuários da biblioteca da FACAPE, por tipo, em 2016	63
Quadro 8 – Descritivo e quantitativo de bens móveis da biblioteca da FACAPE em 2016	64
Quadro 9 – Média de utilização dos espaços da biblioteca da FACAPE em 2016	64
Quadro 10 – Histórico da ampliação de acervo da biblioteca da FACAPE de 2010 a 2016	65
Quadro 11 – Receita e despesa realizadas e projetados para o período 2011 a 2020	72
Quadro 12 – Receita, despesa e resultados da AEVSF realizados de 2011 a 2015	75
Quadro 13 – Receita, despesa e resultado da AEVSF projetados de 2016 a 2020	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População dos municípios abrangidos pela RIDE PE/BA	19
Tabela 2 – População dos municípios de origem dos alunos da FACAPE em Pernambuco	19
Tabela 3 – População dos municípios de origem dos alunos da FACAPE na Bahia	20
Tabela 4 – Qualificação acadêmica dos docentes efetivos em 2016	49
Tabela 5 – Formação acadêmica dos técnicos-administrativos efetivos em 2016	50
Tabela 6 – Percentual e quantitativo de bolsas ofertadas na FACAPE, por tipo, em 2016	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de professores efetivos por curso em 2016	47
Gráfico 2 – Total de professores por curso e por formação na área em 2016	48
Gráfico 3 – Percentual de professores por qualificação acadêmica em 2016	48
Gráfico 4 – Percentual de técnicos administrativos efetivos por formação acadêmica em 2016	49
Gráfico 5 – Percentual de bolsas ofertadas na FACAPE, por tipo, em 2016	58
Gráfico 6 – Quantidade de bolsas por percentual de desconto em 2016	59

Gráfico 7 – Receita real e projetada 2011 a 2020	72
Gráfico 8 – Receitas por tipo projetadas 2011 a 2020	73
Gráfico 9 – Despesa real e projetada 2011 a 2020	73
Gráfico 10 – Despesas por tipo 2011 a 2020	74

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – Perfil Institucional	
1.1 - Breve Histórico	13
1.2 – Inserção Regional	16
1.3 – Missão e Visão de Futuro	21
1.4 – Objetivos e Metas	21
1.5 – Área de atuação acadêmica	25
Capítulo II – Projeto Pedagógico Institucional – PPI	
2.1- Marco referencial: situacional e filosófico	30
2.2- Organização didático-pedagógica	33
2.3 – Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	35
2.4 – Políticas de Gestão da Instituição	36
2.5 – Responsabilidade Social	38
Capítulo III – Implantação e Desenvolvimento dos Cursos	
3.1 – Graduação	44
3.2 – Pós-graduação	45
3.3 – Síntese dos cursos de graduação	46
Capítulo IV – Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	
4.1 – Perfil do corpo docente	47
4.2 – Perfil do corpo administrativo	49
4.3 – Plano de carreira e regime de trabalho	50
Capítulo V – Organização Administrativa	
5.1 – Estrutura organizacional	52
5.2 – Organograma da AEVSF	54
5.3 – Organograma da FACAPE	55
Capítulo VI – Política de Atendimento aos Discentes	
6.1 – Programas de apoio pedagógico e financeiro	56
6.2 – Organização estudantil	59
6.3 – Acompanhamento dos egressos	60
Capítulo VII – Infraestrutura	
7.1 – Descrição da infraestrutura física	61

7.2 – Biblioteca	62
7.3 – Política de melhoria da infraestrutura	65
Capítulo VIII – Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	
8.1 – Avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas de ensino	68
8.2 – Avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa	69
8.3 – Avaliação e acompanhamento das atividades de extensão	69
8.4 – Avaliação e acompanhamento das atividades de gestão	70
Capítulo IX – Aspectos Financeiros e Orçamentários	
9.1 – Sustentabilidade financeira	71
9.2 - Projeção orçamentária	72
9.3 – Estratégia de gestão econômico-financeira	74
9.4 – Planos de Investimentos	74
9.5 – Projeção orçamentária	75
Referências	76

INTRODUÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, período 2016/2020 constitui-se a partir dos pressupostos legais estabelecidos pelas instâncias administrativas do ensino superior e dos anseios da comunidade acadêmica da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco e da Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina-PE, que descreve e expressa neste documento, dados e informações que caracterizam sua trajetória e as aspirações que continuam a motivar novos desafios.

O documento se alicerça, ademais, nas escutas obtidas pelas estruturas internas da comunidade, como mediante as atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, nas deliberações, encaminhamentos e demandas reveladas nos ambientes dos colegiados, nos espaços de poder da instituição e, sobretudo, na dinâmica da sociedade da região na qual se insere.

Convém salientar as exigências legais estabelecidas nos instrumentos: Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96 (LDB) e demais instrumentos regulatórios da Câmara de Educação Superior (CES) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). No âmbito interno da instituição, o PDI atenta ao estatuto da AEVSF, ao Regimento Interno da FACAPE e às Normas e Resoluções que se constituem documentos institucionais necessários à sistematização do planejado.

A concepção deste documento escora-se ainda, e não menos importantemente, nos princípios e valores que norteiam esta IES, os quais primam pela valorização humana, pela dignidade, ética e urbanidade, que visam zelar pela busca da boa formação cidadã, enriquecida com habilidades profissionais continuamente aperfeiçoadas pelo seu corpo docente e oferecidas ao seu corpo discente, no âmbito de uma afirmativa ação político-pedagógica.

CAPÍTULO I

PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Breve Histórico

1.1.1. A Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF: mantenedora

A partir dos anos 1970 a intensificação da interiorização do ensino superior no Estado de Pernambuco encontrou, na criação das Autarquias Municipais, a estratégia para sua consecução. Nesta perspectiva, foram criadas entidades em 13 municípios pernambucanos: Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Belém do São Francisco, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Palmares, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada.

Em Petrolina, a Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF, foi criada pela lei municipal nº 25/76, de 19 de julho de 1976, com a atribuição precípua de implantar os cursos de Administração e o de Enfermagem médico-cirúrgica e obstétrica, atendendo-se, assim, a demandas potenciais existentes à época, em razão do florescimento de uma significativa estrutura empresarial e do crescimento populacional que demandava cada vez mais por serviços de saúde.

A autorização para funcionamento dos cursos se deu em primeira instância, pela Resolução nº 01/77 de 13 de janeiro de 1977 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PE, e a seguir, em nível federal, através do Decreto nº 82.475 de 23 de outubro de 1978, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1978.

Nesta perspectiva, o curso de Administração revelou-se como de grande aceitação dentre as comunidades de Petrolina e de cidades do entorno, como da cidade vizinha de Juazeiro, na Bahia, o que justificou a criação de uma estrutura própria, deixando-se as instalações da Universidade de Pernambuco que abrigara provisoriamente o referido curso entre o período de 1977 a 1981, vindo a ter a sua própria sede inaugurada em 1981, sob o nome de Faculdade de Administração de Petrolina, instituindo a sigla FACAPE.

1.1.2. A Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE-FACAPE: mantida ainda com o nome de Faculdade de Administração de Petrolina, a FACAPE ganhou instalações próprias no ano de 1981 e tão logo formou a sua primeira turma do curso de Administração, cujo reconhecimento foi feito pela Portaria 247/84 de 31 de maio de 1984 do Ministério da Educação (MEC).

Com o êxito na formação de profissionais da Administração, a FACAPE passou a envidar esforços para a oferta de novos cursos na área, elaborando o projeto do curso de graduação em Ciências Contábeis, formando a primeira turma no final dos anos 1990, e tendo logrado o seu reconhecimento no ano de 2002, através do Ato nº 624 de 04 de março de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado, em 5 de março de 2002.

1.1.3. Dos Cursos de Graduação

No contexto de crescimento do mercado regional na área de gestão de empreendimentos de médio e grande porte, a AEVSF encaminhou ao Poder Legislativo Municipal projeto de Lei transformando a Faculdade de Administração de Petrolina em Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, o que foi promulgado pelo Poder Executivo Municipal, em 12 de dezembro de 2002, através da Lei 1.201.; esse Ato possibilitou a expansão do campo de atuação e área de saber da FACAPE, que passou a oferecer outros cursos, conforme segue:

- I. **Secretariado Executivo**, reconhecido através do Ato nº 2.840 de 4 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 5 de agosto de 2003;
- II. **Ciência da Computação**, reconhecido através do Ato nº 3.275 de 23 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 de setembro de 2003;
- III. **Economia**, reconhecido através do Ato nº 285 de 24 de janeiro de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 18 de agosto de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 5.490 de 11 de setembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de setembro de 2003;
- IV. **Turismo**, reconhecido através do Ato nº 286 de 27 de julho de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 03 de novembro de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 7.848 de 19 de novembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de novembro de 2003;

- V. **Direito**, reconhecido através do Ato nº 6.713 de 06 de novembro de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 17 de agosto de 2004, autorizado

pela Portaria SEDUC nº 4.523 de 30 de agosto de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 31 de agosto de 2004; e

- VI. **Comércio Exterior**, reconhecido através do Ato nº 69 de 30 de junho de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 14 de setembro de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 5.041 de 27 de setembro de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 28 de setembro de 2004.
- VII. **Serviço Social**, autorizado pelo Parecer CEE/PE nº 41/2013 – CES, homologado pela portaria SE nº 3763, de 15 de maio de 2013 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 16 de maio 2013 e Errata em 30 de maio de 2013.
- VIII. **Gestão de Tecnologia da Informação – GTI**, autorizado pelo Parecer CEE/PE nº 43/2013 – CES, homologado pela portaria SE nº 3764, de 15 de maio de 2013 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 16 de maio 2013.

Ao longo de seus 40 (quarenta) anos de existência a AEVSF/FACAPE vem construindo e consolidando uma experiência acadêmica alicerçada no compromisso permanente de oferecer ensino superior de qualidade, tanto em nível de graduação, quanto na pós-graduação *lato sensu*, nas áreas de atuação desta Instituição.

1.1.4 – Da Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina - EFESP

Para atender a demanda de formação continuada dos Servidores Públicos da região, em 28 de julho de 2010, foi promulgada a lei 2.283, instituindo a **Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina – EFSEP**. Tal escola, vinculada a AEVSF, tem as diretrizes de:

- I. Promover ações educativas no sentido da valorização das experiências e saberes do servidor público em sua prática como cidadão;
- II. II - Desenvolver uma visão ampla e integrada da Administração Pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade perante a sociedade;
- III. Promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais;

- IV. Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à melhoria da qualidade da gestão das políticas públicas;
- V. Difundir entre os participantes o macro conceito de cidadania e ainda despertar o senso crítico sobre as leis, planos, orçamentos, diretrizes que regem o cotidiano do agente público.

Nessa trajetória, a AEVSF/FACAPE e a AEVSF/EPSEP procuram se afirmar no propósito de contribuir com a formação de profissionais aptos a atuarem em instituições públicas e privadas, na gestão de pequenas e médias empresas e em organizações não governamentais de modo a participar do processo de desenvolvimento regional sustentável.

1.2. Inserção Regional

A região do submédio São Francisco, onde se encontra Petrolina, está encravada em pleno semiárido nordestino, localizada entre as regiões oeste do Estado de Pernambuco e norte da Bahia.

Num raio pouco ampliado alcançam-se municípios dos Estados do Piauí e do Ceará, que também se servem da estrutura da oferta de serviços existentes no polo Petrolina-Juazeiro, o qual configura um importante espaço econômico notabilizado pela agricultura irrigada, nomeadamente a fruticultura tropical voltada para a exportação.

A partir do final do século passado a região passou a receber muitos investimentos em infraestrutura básica e social, e o segmento da educação revelou-se como um dos principais absorvedores de recursos, ampliando-se significativamente a oferta de cursos técnicos e superiores, com a chegada de outras instituições como o atual Instituto Federal - IF Sertão, a ampliação da oferta de cursos na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus Juazeiro, e posteriormente, já nos anos 2000, a chegada da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf.

Essa ampliação da oferta, aliada à consolidação das ações de pesquisa desenvolvida pelos centros da Embrapa, também instalados em Petrolina, deram importante contribuição para consubstanciação de um polo de educação superior entre as duas cidades, estimulado pela conformação de um ambiente caracterizado pela realização cotidiana de trabalhos, eventos e pesquisas acadêmicas.

Neste período a FACAPE, conforme já ressaltado, ampliou significativamente a sua oferta de cursos, sintonizada com as demandas atuais e com as potencialidades apresentadas pela estrutura socioeconômica da região, confirmando-se como uma instituição de atuação regional, atendendo a um público originário de diversos municípios do entorno como: Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Afrânio, Dormentes, Santa Filomena, Santa Cruz, no entorno de Petrolina, e Casa Nova, Sobradinho, Curaçá, Uauá, Sento Sé, Remanso, Jaguarari, Andorinha, Senhor do Bonfim e Campo Formoso, no entorno de Juazeiro.

A figura a seguir ilustra esta questão:

Figura 1: Raio de atuação da FACAPE

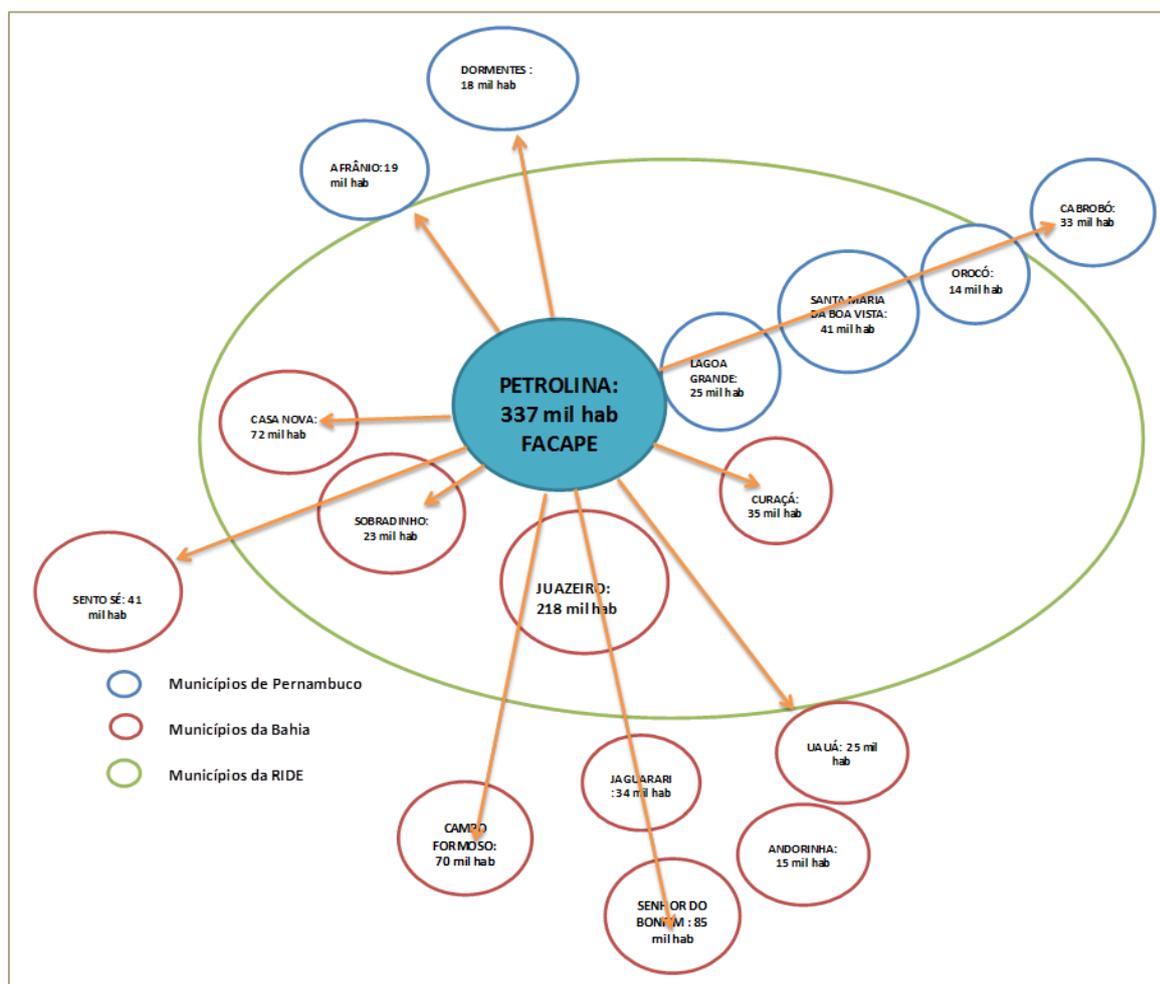
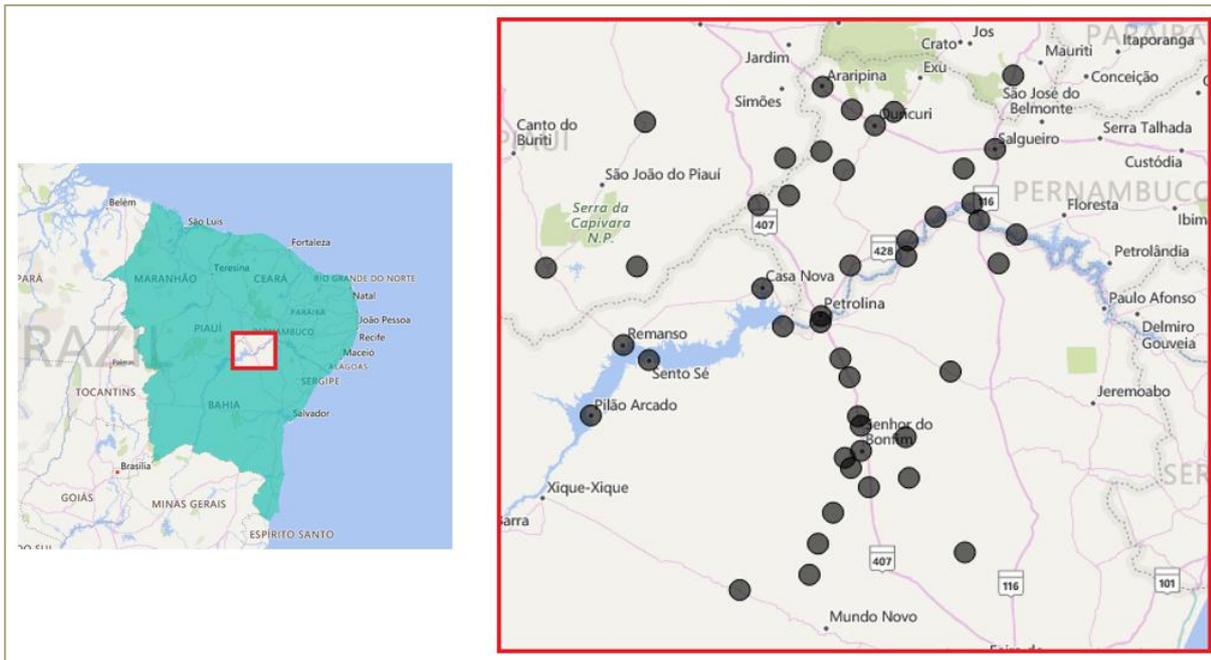


Figura 2 – Área ampliada de influência do polo Juazeiro-Petrolina



A FACAPE transformou-se, ao longo dessas últimas décadas, numa importante instituição participante do processo de dinamismo socioeconômico regional, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de tecnologias sociais e para a formação continuada de significativa massa crítica com recursos humanos cada vez mais qualificados.

A região de atuação da FACAPE constitui-se em importante espaço objeto de políticas públicas, consubstanciando a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE, criada pela Lei Complementar No. 113/2001 um mecanismo constitucional que assegura à região a participação prioritária em programas governamentais e em investimentos em infraestrutura básica e social. Os municípios que compõem a RIDE, além de Juazeiro e Petrolina, são, do lado baiano, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, e do lado pernambucano, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó. A tabela 1 a seguir descreve as populações dos municípios da RIDE Juazeiro-Petrolina, assim como destaca a população na faixa etária prevalente no ensino superior:

Tabela 1 – População dos municípios abrangidos pela RIDE PE/BA

Municípios da RIDE Juazeiro - Petrolina				
No	Município	Popul Estimada 2015 (hab)	Popul. Entre 18 e 34 anos (2010)	%
1	Petrolina	337.000	96.372	28,60%
2	Lagoa Grande	25.000	6.767	27,07%
3	Santa Maria da Boa Vista	41.000	11.894	29,01%
4	Orocó	14.000	4.109	29,35%
5	Juazeiro	218.000	62.218	28,54%
6	Casa Nova	72.000	19.198	26,66%
7	Curacá	35.000	9.228	26,37%
8	Sobradinho	23.000	6.343	27,58%
	Total da RIDE	765.000	216.129	28,25%

Fonte: IBGE, 2016

Quando considerada a expansão do raio de atuação, observa-se que a população-alvo é também significativa, ou seja, a população na faixa etária que prevalece no ensino superior nesses municípios corresponde a quase 30% do total. As tabelas a seguir ilustram esta questão:

Tabela 2 – População dos municípios de origem dos alunos da FACAPE em PE

No	Municípios de Pernambuco	Popul. Estimada 2015 (hab)	Popul. entre 18 e 34 anos (2010)	%
1	Petrolina	337.000	96.372	28,60%
2	Afrânio	19.000	5.103	26,86%
3	Cabrobó	33.000	9.162	27,76%
4	Dormentes	18.000	5.039	27,99%
5	Lagoa Grande	25.000	6.767	27,07%
6	Orocó	14.000	4.109	29,35%
7	Santa Maria da Boa Vista	41.000	11.894	29,01%
	Total	487.000	138.446	28,43%

Fonte: IBGE, 2016

Tabela 3 – População dos municípios de origem dos alunos da FACAPE na BA

No	Municípios da Bahia	Popul. Estimada 2015 (hab)	Popul. entre 18 e 34 anos (2010)	%
1	Juazeiro	218.000	62.218	28,54%
2	Andorinha	15.000	4.182	27,88%
3	Campo Formoso	72.000	19.196	26,66%
4	Casa Nova	72.000	19.198	26,66%
5	Curaçá	35.000	9.228	26,37%
6	Jaguarari	33.000	8.789	26,63%
7	Remanso	42.000	10.962	26,10%
8	Sento Sé	41.000	11.042	26,93%
9	Senhor do Bonfim	80.000	21.334	26,67%
10	Sobradinho	23.000	6.343	27,58%
11	Uauá	25.000	6.521	26,08%
	Subtotal	656.000	179.013	27,29%

Fonte: IBGE, 2016

Essa inserção regional da instituição não só se evidencia pela absorção de contingentes de alunos do entorno - os ingressos -, na sua formação acadêmica e disponibilização de recursos humanos mais qualificados, como na interlocução com outras organizações, na articulação interinstitucional, quando da participação de seus quadros em conselhos, comissões, reuniões temáticas, eventos e projetos desenvolvidos por outras entidades.

O fato de ser uma autarquia municipal, compondo a estrutura da administração pública, faz da entidade e dos seus representantes importantes agentes formadores de opinião e reconhecidos pela sociedade do submédio São Francisco.

A participação em projetos junto a Prefeitura Municipal, Tribunal de Justiça, entidades representativas do comércio, indústria e agricultura e organizações sociais, tem conferido importante *recall* junto à estrutura social da região, revelando o seu papel protagonista em meio às demais instituições, contribuindo na discussão sobre temas que afligem a sociedade petrolinense, como as questões ligadas à segurança, violência e demais aspectos associados à Justiça, por meio dos cursos de Direito e Serviço Social, bem como as demais questões ligadas a temas pertinentes aos cursos de Administração, Economia, Computação e Comércio Exterior.

É neste sentido, que a FACAPE se propõe, através das atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica, a intervir inclusive nos problemas relacionados à gestão socioambiental da cidade, numa perspectiva de discussão de temas associados à

sustentabilidade, notadamente em função da dependência da economia local dos recursos naturais existentes.

1.3. Missão e Visão de Futuro

A Missão da FACAPE estabelecida em seu regimento é a seguinte:

“Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade”.

Em consonância com o que preconiza a sua Missão, a FACAPE tem como Visão:

“Ser uma das principais instituições de ensino superior da região Nordeste do Brasil, formando cidadãos com qualidade profissional reconhecida em nível nacional”.

1.4. Objetivos e Metas

Com base nos estabelecidos na sua Missão e na sua Visão, os objetivos e metas da Instituição revestem-se de caráter desafiador que impõem ao seu corpo funcional maiores demandas por comprometimento e dedicação à causa da formação superior.

Esse desafio tem, neste PDI, o documento norteador para a efetivação das ações estratégicas institucionais, mas que não se furta de atender a demais instrumentos concebidos e alicerçados nas perspectivas pedagógica, cultural, econômica e, essencialmente, cidadã.

Para tal, e seguindo as orientações da SESu/MEC para elaboração do PDI, as dimensões institucionais foram trabalhadas sob **eixos temáticos essenciais** que, orientando a lógica de construção deste Plano, possibilitaram expor os objetivos e metas desta Instituição de Ensino Superior (IES) para o exercício de 2016/2020.

Eixo 1 – Metas e objetivos da gestão – Descreve as ações a serem executada com vistas ao desenvolvimento de um processo contínuo de melhoria do funcionamento da estrutura organizacional, especificamente no que se refere aos processos de gestão e de tomada de decisão, proporcionando melhor e maior eficiência e eficácia das medidas adotadas.

Eixo 2 - Ensino, pesquisa e extensão – Comporta as atividades a serem empreendidas com vistas ao reconhecimento pela comunidade acadêmica da responsabilidade social da FACAPE com a formação de competentes profissionais que atendam e superem as expectativas do mercado, assim como assegurem maior harmonia na convivência humana.

Eixo 3 – Infraestrutura – Apresenta as metas de adaptação, manutenção e ampliação da estrutura física e das instalações, de modo a atender às peculiaridades e especificidades da estrutura dos cursos ofertados, dos projetos de atenção à sociedade, assim como das novas perspectivas no contexto da velocidade da transformação da contemporânea tecnologia da informação

A seguir, são descritos esses eixos e relacionados os objetivos e metas:

Quadro 1 – Objetivos e metas de gestão da FACAPE

EIXO 1 - OBJETIVOS E METAS DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

No	Objetivo	Meta/Cronograma					
		Descrição/ Quantidade	Período				
			2016	2017	2018	2019	2020
1	Criar e ampliar parcerias para certificação da área tecnológica	1 concurso no quinquênio					X
2	Realizar Concurso Público para técnico administrativo	1 concurso no quinquênio					X
3	Implantar Protocolo Digital				X		
4	Criar Sistema de Suporte às Decisões Acadêmicas	Desenvolver 1 Ferramenta Tecnológica de Suporte às Decisões Acadêmicas	X	X	X	X	X
5	Implantar e manter programa de Qualidade de Vida no Trabalho	Realizar ações trimestrais de integração (palestras, eventos, reuniões, seminários, etc)	X	X	X	X	X
6	Realizar avaliação institucional	Aplicar avaliação a cada ano	X	X	X	X	X
7	Informatizar Biblioteca	Desenvolver 1 Ferramenta Tecnológica de Gestão/Acesso ao Acervo da Biblioteca			X	X	X
8	Implantar o Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE para ações de EAD	Elaborar e executar 1 Projeto de Instalações Físicas para o NTE		X	X		
9	Melhorar o monitoramento da Avaliação do Ensino - SAE	Implantar o Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Ensino - SAE				X	X
10	Implantar a Empresa Júnior do curso de Ciência da Computação	Realizações ações de consultoria, assessoria e treinamentos acadêmicos.	X	X			
11	Editar revista científica on-line indexada	Publicar 1 edição semestral	X	X	X	X	X
11	Implantar rádio WEB FACAPE	Elaborar e executar 1 Projeto para operar a Emissora			X		
12	Implantar TV WEB FACAPE	Elaborar e executar 1 Projeto de Instalações Físicas e equipamentos				X	X
13	Implantar laboratório de Hardware	Elaborar e executar Projeto de 1 Laboratório	X				
14	Ampliar parcerias para certificação da área tecnológica	Elaborar e executar 1 Termo de Parceria		X	X	X	X
15	Promover Reforma Administrativa (Decreto 85/2009)	1 Reestruturação organizacional			X	X	X

Quadro 2 – Objetivos e metas de ensino, pesquisa e extensão da FACAPE

EIXO 2 - ENSINO , PESQUISA E EXTENSÃO

No	Objetivo	Descrição/ Quantidade	Meta/Cronograma				
			Período				
			2016	2017	2018	2019	2020
1	Renovar reconhecimento do curso de Ciências Contábeis	1 reconhecimento				X	
2	Renovar reconhecimento do curso de Administração	1 reconhecimento				X	
3	Renovar reconhecimento do curso de Direito	1 reconhecimento				X	
4	Renovar reconhecimento do curso de Ciência da Computação	1 reconhecimento				X	
5	Renovar reconhecimento do curso de Economia	1 reconhecimento				X	
6	Renovar reconhecimento do curso de Comércio Exterior	1 reconhecimento				X	
7	Renovar reconhecimento do curso de Serviço Social	1 reconhecimento					X
8	Implantar novos cursos de pós graduação <i>lato sensu</i>	2 novos cursos		X		X	
9	Implantar novos cursos de graduação	2 novos cursos			X		X
10	Criar Programa de Mestrado Profissional	1 Mestrado Profissional			X		X
11	Formalização de convênio com o Governo do Estado de PE para concessão de bolsas de estudos para alunos da escola pública - PROUPE	2 novos convênios bianuais	X		X		X
12	Ampliação do número de bolsas concedidas pelo Proupe	Mais 400 novas bolsas por ano		X		X	
13	Intensificar as ações do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE	100 alunos capacitados por EAD a cada ano		X	X	X	X
14	Intensificar as ações da Escola do Servidor - EFSEP	Capacitar 100 servidores em cada ano		X		X	
15	Intensificar as ações da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem - CCMA	Realizar 100 atendimentos por ano	X	X	X	X	X
16	Intensificar as ações do Núcleo de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON	Realizar 300 atendimentos por ano	X	X	X	X	X
17	Implantar e efetivar uma Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa				X	X	X
18	Intensificar as ações de Pesquisa em Engenharia de Software no Instituto Nacional de Engenharia de Software (INES)	1 Projeto em cada ano		X		X	
19	Intensificar ações do Projeto de Extensão de Reciclagem de Lixo Eletrônico	1 Ação Coletiva em cada ano	X		X		X
20	Realizar novos Projetos de Extensão	1 Projeto em cada ano		X		X	
21	Dar continuidade às ações da Faculdade da Terceira Idade - FATI	Capacitar 100 pessoas em cada ano		X		X	
22	Instituir e efetivar ações do Núcleo de Línguas	Capacitar 50 pessoas em cada ano	X		X		X
23	Realizar Avaliação Institucional dos Docentes	1 Avaliação a cada ano	X	X	X	X	X
24	Contribuir para Elaboração de Políticas Públicas Municipais na Área de Educação	1 Plano Municipal de Educação no quadriênio	X				
25	Realizar Termo de Parceria sob a forma de consórcios, redes ou parcerias com vistas a Valorizar os Programas de Extensão Interinstitucionais e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional	1 Termo de Parcerias ao longo do quadriênio			X		X
26	Inserir a educação ambiental e o desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista	1 Projeto de Educação Ambiental em cada ano		X		X	
27	Desenvolver estudo para implantação de Cursos de Graduação na Área de Saúde	1 Estudo		X	X		
28	Intensificar as ações de Inclusão Digital	Capacitar 100 pessoas de comunidades carentes por ano	X	X	X	X	X
29	Intensificar as ações do Programa S2B (Student two Business)	1 Projeto do Programa S2B		X			

Quadro 3 – Objetivos e metas de infraestrutura da FACAPE

EIXO 3 - INFRAESTRUTURA

No	Objetivo	Meta/Cronograma					
		Descrição/ Quantidade	Período				
			2016	2017	2018	2019	2020
1	Ampliar e modernizar todos os laboratórios	Elaborar e executar 1 projeto de modernização de laboratório em cada ano.			X	X	
2	Ampliar sistema interno de segurança	Realizar 1 contrato de ampliação do sistema de segurança			X		
3	Adquirir Cadeiras Ergonômicas para Salas de Aulas	Adquirir 200 cadeiras em cada ano			X		X
4	Ampliar Acervo da Biblioteca	Adquirir 100 livros em cada ano			X		X
5	Ampliar Espaços de Convivência com a Criação de Áreas Verdes (praças)	Elaborar e executar 1 projeto de implantação de área verde				X	
6	Ampliar o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ	Elaborar e executar 1 projeto de implantação do NPJ				X	X
7	Construir Arena para Eventos	Elaborar 1 projeto de implantação da Arena de Eventos				X	X
8	Melhorar as Condições de Acessibilidade a Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)	Elaborar e executar 1 projeto de melhoria/sinalização da acessibilidade para PNE.	X				
9	Ampliar o acesso a internet WiFi <i>no campus</i>	Elaborar e executar 1 projeto de ampliação do acesso a internet WiFi	X				
10	Ampliar <i>link</i> dedicado de acesso a internet no <i>campus</i> para 6 Mbps	Realizar 1 contrato de ampliação do link	X				
11	Readequar a sala dos professores	Elaborar e executar 1 projeto de adequação da sala dos professores.			X		
12	Implantar Praça de Alimentação	Elaborar e executar 1 projeto de adequação/modernização da Praça de Alimentação				X	
13	Integrar a Videoconferência com o auditório central.	Elaborar e executar 1 projeto de instalação da videoconferência no auditório.				X	X
14	Implantar a infraestrutura do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE	Elaborar e executar 1 projeto de implantação das instalações do NTE .		X	X		

1.5. Área de Atuação Acadêmica

1.5.1 Ensino de Graduação

A AEVSF/FACAPE enquanto Instituição de Educação Superior nas áreas de Ciências Aplicadas e Sociais, bem como da Tecnologia da Informação e Comunicação, forma profissionais, na modalidade de bacharelado, aptos a exercer funções no campo da administração, comércio exterior, computação, contabilidade, direito, economia, serviço social. Além disso, investe na educação superior tecnológica com a oferta de curso de gestão da tecnologia da informação, gestão em logística e gestão de recursos humanos. Nesse propósito, esta instituição assume o desafio de formar profissionais qualificados e cidadãos conscientes do seu papel social, responsáveis pelo processo transformação da sociedade.

1.5.2. Ensino de Pós-Graduação

No âmbito da pós-graduação, a AEVSF/FACAPE vem consolidando o seu plano de expansão com oferta de cursos *lato-sensu*, na área de gestão das organizações públicas e privadas, além de outros no campo das ciências jurídicas e da tecnologia da informação e comunicação. No tocante à pós-graduação *stricto sensu* a AEVSF/FACAPE vem incentivando e investindo na qualificação do quadro de pessoal docente e apoio técnico no sentido de elevar a titulação e contribuir com melhoria da formação em nível superior que se desenvolve nesta instituição.

Na busca de consolidar processos formativos de elevada qualificação a AEVSF/FACAPE instituiu o colegiado de pós-graduação, formado por professores doutores, na perspectiva implantar e implementar propostas de mestrado e, posteriormente doutorado, com o objetivo de formar recursos humanos comprometidos com a produção científica de alto impacto, em sua relevância acadêmica e social. Isso implica formar profissionais capazes de se dedicar aos estudos disciplinares, interdisciplinares/transdisciplinares dos problemas locais em articulação com as questões globais no âmbito da ciência e da tecnologia, voltadas para o desenvolvimento territorial, na lógica da produtividade econômica, da justiça social, da educação, do domínio das tecnologias, diminuição das desigualdades sociais e da sustentabilidade ambiental.

1.5.3. Atuação da AEVSF/FACAPE na Extensão Universitária

Na perspectiva de adequação ao que propõe o Plano Nacional de Educação, em vigor até 2022, o qual estabelece metas para a política de extensão, esta instituição incentiva professores, estudantes e funcionários a apresentarem projetos de extensão universitária, através da publicação de editais semestrais que assegura o apoio institucional aos projetos selecionados pelo seu comitê científico. Além disso, estabelece parcerias com organizações públicas e privadas tanto em nível regional como com em outras regiões do país, no sentido de viabilizar a consecução dos projetos interinstitucionais.

Os projetos desenvolvidos pela instituição na atualidade contemplam questões territoriais/regionais com foco: nas demandas inerentes às escolas públicas principalmente em relação à violência escolar; na educação das pessoas idosas, com a implantação e implementação da faculdade da terceira idade; no atendimento jurídico às pessoas carentes; na inclusão digital; na valorização da cultura literária através de projetos relacionados à literatura de cordel; na organização de espaços ambientais e conservação de praças verdes; no desenvolvimento humano à luz dos princípios filosóficos consolidados pelo “chá filosófico”.

Além dos projetos e programas internos, as políticas de extensão da AEVSF/FACAPE apoiam suas ações numa concepção de educação superior comprometido com a sociedade regional, gerando projetos e parcerias que atendam às reais expectativas e problemáticas da população, tal qual a parceria da instituição com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração e Investimentos (Apex-Brasil) através da celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para aplicar a Metodologia do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX); cujo objetivo é ofertar capacitações e assessorias às empresas da região com o objetivo de incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora preparando-as para os desafios do mercado internacional. Outro projeto que apresenta forte articulação com as atividades de ensino e pesquisa no curso de Economia é o projeto denominado “Custo da Cesta Básica”, que gera o levantamento dos preços dos produtos alimentícios que compõem a cesta básica nas cidades de Juazeiro - BA e Petrolina - PE, com posterior, cálculo inflacionário da cesta básica comparando com cidades do mesmo porte.

Outrossim, cabe destacar que além dos projetos acima citados, a AEVSF/FACAPE, no intuito de intensificar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto processo formativo sistêmico, vem em parceria com o Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP,

através da Incubadora de Base Tecnológica do Vale do São Francisco – INVASF, implantada no recinto da instituição, gerando programas de encubação e estimulando a inovação e evolução de empreendimentos no Sertão pernambucano; objetivando promover o amadurecimento de ideias inovadoras, *startup* e empresas locais.

Ao investir nessa dimensão a instituição entende que a prática da extensão se constitui campo de aprendizagem significativa por excelência e, portanto, a AEVSF/FACAPE oportuniza aos estudantes, professores e funcionários a vivenciarem tais experiências no intuito de contribuir com a transformação da realidade socioambiental, política e econômica deste território/região. Este compromisso se afirma com a disposição em apoiar a consolidação dos programas e projetos existentes, bem como estimular o desenvolvimento de novas ações nesse sentido, na vigência deste PDI2016/2020.

1.5.4. Atuação da AEVSF/FACAPE na Pesquisa Científica

No aspecto da pesquisa a AEVSF/FACAPE, vem dando seus primeiros passos através de iniciativas importantes a exemplo dos investimentos realizados no intuito de elevar os níveis de formação do seu quadro de docentes, tanto com o incentivo aos professores a ingressarem em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), quanto com a realização de concurso para admissão de novos doutores. Com isso esta instituição desperta para uma cultura de pesquisa, reconhecendo nesta, um elemento fundamental nos processos formativos e autoformativos de docentes, discentes e funcionários. Uma prova desse reconhecimento é a inclusão dos trabalhos de conclusão de curso – TCC, como componente curricular obrigatório em todos os cursos ofertados pela AEVSF/FACAPE.

O TCC de graduação e pós-graduação representa uma oportunidade para os estudantes construir conhecimentos relacionados às suas áreas de formação a partir de experiências vivenciadas, analisadas e refletidas criticamente, assim como através de experimentações baseadas em métodos científicos. A convivência com os desafios decorrentes da produção do TCC tem desencadeado reflexões a respeito da estrutura curricular dos cursos, a exemplo do que ocorreu no curso de Ciências Contábeis, em que se reconheceu na reformulação do projeto do curso em 2011, a necessidade de incluir novos componentes curriculares com o objetivo de ampliar o embasamento científico dos

estudantes adquirido ao longo do curso, e assim, melhorar o desempenho destes na produção

dos seus trabalhos de conclusão, bem como elevar a qualidade acadêmica dos trabalhos apresentados. Vale destacar que os resultados dessa iniciativa ainda necessitam de uma avaliação sistemática no conjunto dos cursos da AEVSF/FACAPE.

As propostas de cultura de pesquisa se materializam também na organização e participação em encontros, colóquios, simpósios e seminários realizados na vigência do PDI 2006 - 2010 e 2011- 2015, a exemplo da do SIM-FACAPE, MEPE, Semana Universitária, SEACON, entre outros, em que as produções acadêmicas da pesquisa, do ensino e da extensão são expostas e debatidas pelos membros da comunidade acadêmica interna e convidados externos. A difusão dos resultados de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito da AEVSF/FACAPE, portanto, se dá por meio de artigos publicados por seus professores e seus estudantes, em periódicos de circulação local, regional, nacional e internacional, assim como por seu Portal de Periódicos, de livros e capítulos de livros, dissertações, teses e outras produções publicadas em meios impressos e digitais.

Outra iniciativa no estímulo a produção científica é o lançamento de editais próprios da instituição para que os professores submetam os seus projetos de pesquisa no intuito de concorrerem ao apoio institucional, principalmente no tocante à disponibilidade de carga horária para o desenvolvimento das pesquisas.

Para superação dos desafios referentes a uma cultura de pesquisa que reflita a indissociabilidade com o ensino e a extensão no fazer pedagógico é mister a implementação de atividades de iniciação científica integradas por docentes e discentes da AEVSF/FACAPE, como também o estímulo à participação destes em grupos de pesquisa consolidados, formados em universidades instaladas no Vale do São Francisco e/ou outras regiões.

Destaca-se como importante nessa política o estímulo ao aproveitamento dos programas de bolsas já existentes ao fomento da iniciação científica no âmbito da AEVSF/FACAPE, bem assim, fomentar a participação dos professores e estudantes em eventos de natureza científica; organizar eventos de caráter científico para disseminar inovações e consolidar uma cultura de pesquisa no âmbito regional, contribuindo para a produção de novas tecnologias aplicadas às mais diferentes áreas do conhecimento em dimensões nacional e planetário.

Nesse sentido é imprescindível a articulação e proposição de uma política de produção científica que inclua divulgação, publicação, relações interinstitucionais, convênios,

cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais e/ou parceria com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino.

Entende-se ser necessária uma política de pesquisa assumida pela instituição, com previsão de carga horária para esta finalidade, de modo a institucionalizá-la em seu marco legal regulatório.

CAPÍTULO II

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- PPI

2.1. Marco Referencial: Situacional e Filosófico

O ambiente global se configura um grande desafio à condição humana na tessitura do existir de cada pessoa. Questões ambientais, tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais, vêm impactando profundamente a vida desta e de outras espécies que habitam o planeta. Por esta razão, ao se conceber um projeto educacional deve-se levar em conta as dimensões global e local balizadoras da intencionalidade do ato educativo, uma vez que, ao nos situarmos no mundo como uma ínfima parte, paradoxalmente, a totalidade complexa que compõe o globo habita na especificidade de cada ser que é cada um de nós (MORIN, 2007). Portanto, os problemas que afetam a pessoa humana em qualquer parte do planeta terra merecem ser tratados com atenção, reflexão cuidadosa e crítica, na intencionalidade da prática pedagógica em todos os níveis e modalidades da educação.

É importante destacar que a vida contemporânea na terra é marcada, em sua dimensão planetária, por um novo modo de organização da convivência humana, cujos efeitos impactam “[...] tanto a atividade produtiva quanto a vida familiar, a atividade cotidiana, o lazer, o pensamento, a arte, as relações humanas em geral, embora o façam de maneiras distintas em cada caso” (SACRISTÁN, 2002, p. 71). Isso é consequência do que se convencionou chamar de processo de globalização, que se acentuou a partir do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, com ampla e profunda repercussão na redefinição das lógicas de espaço e tempo, alargando as fronteiras entre as nações no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Este fenômeno é apontado em diversos estudos científicos nas áreas de ciências humanas e sociais, como elemento significativo e influente na produção de novas subjetividades nas diferentes fases - criança, adolescência e adulta - do desenvolvimento da pessoa humana. É também, um aspecto importante a ser considerado na definição e redefinição das identidades individuais e coletivas, sejam elas, étnicas, de gênero, geracional, regional, profissional e outras tantas quanto existirem.

Tal reflexão retoma a questão da formação do profissional e do cidadão apto a exercer funções no mundo do trabalho com consciência da responsabilidade com o meio numa perspectiva sistêmica. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de uma visão crítica e ética baseada em "uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza" (CAPRA, 1995, p. 16).

Nessa perspectiva, entende-se que as instituições de Educação Superior, ao contemplar suas diretrizes institucionais, configuradas nas dimensões do seu projeto de desenvolvimento, devem considerar as especificidades do contexto temporal/geográfico, problematizar as lógicas de desenvolvimento e desequilíbrio, cujas ameaças diagnosticadas no submédio do Vale do São Francisco, localizado no contexto do semiárido brasileiro, apontam fenômenos como a desertificação, poluição do rio, produção excessiva de lixo, degradação do solo, concentração de renda e crescimento da pobreza e da violência. Problemas estes, ainda pouco estudados em âmbito local com o objetivo de produzir novos conhecimentos e saberes que possam ser utilizados na definição de políticas públicas, assim como novas concepções de gestão dos empreendimentos privados, com a finalidade de mitigar tais situações, assim como contribuir com a formação de uma cidadania planetária, vocacionada para a participação ativa e consciente na construção da realidade micro e macro da sociedade.

No cerne dos processos civilizatórios e de humanização está o trabalho como elemento vital de transformação do homem enquanto ser natural em ser social e cultural, uma vez que, é através do trabalho que o homem constrói e dá sentido a sua própria existência. Dito de outra forma, através do trabalho é uma das condições básicas da realização humana. Portanto, o mundo do trabalho se configura uma das dimensões significativas a ser considerada nos projetos educacionais, já que a educação sempre está de um modo ou de outro, associada aos processos de preparação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Considerando que as condições existenciais da humanidade na atualidade são fortemente afetadas por rápidas e profundas transformações, o mundo do trabalho é de igual maneira atingido pelos efeitos desses fenômenos, demandando por parte dos atores sociais novas posturas diante do trabalho que realizam. Em parte, muitas das transformações nos diversos campos de atuação profissional se devem ao avanço das

tecnologias, que faz em alguns casos, desaparecer completamente a necessidade de certas funções, antes vistas como

essenciais. Outras funções são ressignificadas a ponto, de alguns ensinamentos e/ou conteúdos da formação profissional, importantes há tempo não muito distante, não fazerem mais sentido serem ensinados na realidade contextual contemporânea.

Desse modo, ensinar o emprego de uma técnica, dissociada do desenvolvimento de habilidades comunicacionais e do aprimoramento de relações interpessoais, poderá não mais responder as necessidades da formação de um profissional apto a se reinventar e aprimorar os conhecimentos na área em que atua. Pois, entre os desafios no mundo do trabalho, está a necessidade de desenvolver novas racionalidades que justifiquem a necessidade de um ser humano para executar determinados procedimentos, visto que o cenário atual é o de uma competição entre o homem e as máquinas ditas inteligentes provocando a exclusão do primeiro, em grande escala, dos seus postos no mercado de trabalho.

Paradoxalmente, essa realidade faz surgir novas funções, com características próprias, exigindo que o ser humano desenvolva novas habilidades intelectuais, competência comunicativa, capacidade de empreender, pensar e estabelecer relações. Nesse sentido, torna-se primordial no mundo do trabalho a abertura para novas aprendizagens e inovação dos processos produtivos, ou seja, o profissional deverá estar sempre disposto a aprender e a produzir novos conhecimentos que possam ser aplicados ao seu campo de trabalho, como nos ensina Delors (1998). Isto demanda competência para compreender a dinâmica de construção dos conhecimentos, bem como a realidade contextual de sua aplicação, numa perspectiva de tornar possível antever os novos cenários.

Considerando que a realidade mercadológica contemporânea muda numa velocidade inimaginável até bem pouco tempo, produzindo novas demandas formativas para fazer frente às suas necessidades em períodos cada vez mais curtos, há que se aprender a dar respostas no campo do trabalho, a partir do desenvolvimento da capacidade interpretativa de informações para empregar novas soluções aos problemas que surgem no cotidiano em cada área. Portanto, “à educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (DELORS, 1998, p. 88).

Além disso, é preciso desenvolver a capacidade de trabalho em equipe na perspectiva da atuação multi/interdisciplinar para compreender a dinâmica defuncionamento de problemas da realidade que não se localizam em uma única dimensão.

Para tanto, é necessário formar o engenheiro, o médico, o advogado, o professor, o administrador, o

economista, o contador, o especialista em computação, levando em conta a multidimensionalidade dos problemas, que tanto demandam os domínios de saberes específicos da área de atuação, como a compreensão mais ampla do contexto no qual seu campo de trabalho se insere. Por essa lógica, a aprendizagem de uma técnica não lhe garante que ela será suficiente para uma atuação profissional competente no mundo do trabalho, nem tão pouco do mercado, uma vez que este faz exigências cada vez mais efêmeras, provocadas entre outros fatores, pelo avanço tecnológico.

Um dos imperativos da Educação Superior na realidade atual é formar profissionais e cidadãos aptos a desenvolver atitudes de busca, com o emprego de métodos e técnicas de investigação que lhe permitam criar e inovar no seu campo de atuação profissional. É acima de tudo desenvolver a consciência do não contentamento com as aparências e conhecimentos prontos, tomado como verdades para sempre, uma vez que o conhecimento visto apenas como produto oferece apenas uma visão parcial da sua lógica de produção. É necessário, pois, promover uma formação referenciada no “aprender a aprender”, que permita a compreensão clara do processo que originou o produto, o que possibilita a sua recriação em outras bases referenciais, adaptadas aos contextos existenciais, respeitando as singularidades destes. Pois, a relação com o conhecimento é repleta de significados e sentidos para si e para a comunidade, na qual está inserido tanto na dimensão singular pessoal, como nas dimensões coletivas de grupos sociais, tanto locais, como global..

2.2. Organização Didático-Pedagógica

Na conformidade dos princípios afirmados no item anterior, é preciso buscar alternativas eficazes que visem organizar o trabalho pedagógico na perspectiva crítica e democrática e que neste fazer, promovam o sentido e o significado da solidariedade através da insistente busca da equidade, da justiça e da paz, que se constrói a partir das relações humanas vivenciadas no espaço acadêmico.

Visto sob tais dimensões, o profissional e cidadão que a FACAPE idealiza, requer uma organização do ensino-aprendizagem que possibilite ao mesmo tempo, o convívio de saberes tanto na sala de aula quanto na pesquisa e extensão, voltados sempre para a vivência prática e as demandas sociais e mercadológicas em constante evolução; e daí,

possibilite a leitura crítica da realidade no contexto regional a partir da análise coletiva da
prática social existente,

da experiência e dos conhecimentos já adquiridos pelos estudantes com a indispensável mediação do professor.

Essa determinação para tornar efetivamente indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, requer que os professores questionem as possibilidades e necessidades da sociedade, a fim de que possa cumprir um currículo interdisciplinar, que articule o binômio teoria-prática.

Assim, o que está em questão é o exercício de uma política institucional de que toda atividade desenvolvida nesta IES integre o currículo, reconstruído ou ressignificado no dia a dia do ato pedagógico pelo estudante, pelo professor e, quando for o caso, com a participação da comunidade; nesse sentido, o currículo é um fazer-se consequência do convívio e do encontro com a diversidade, o que propõe o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI UNESCO/1999.

Nessa linha de pensamento, este projeto pedagógico procura criar estratégias formativas que contribuam significativamente com a dupla aprendizagem: aprender a conviver e aprender a ser.

Assim, cabe uma educação em que, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão, todos participem de projetos comuns, os quais envolvam a descoberta progressiva do outro, convivendo com a diversidade e o multiculturalismo.

São imprescindíveis, ainda, o desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico, a elaboração de julgamentos de valores próprios, aliando tais características à estética que nos permite a alteridade e daí aprender com o experienciar do outro.

2.3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

O cenário contemporâneo evidencia uma demanda por profissionais cada vez mais competentes na produção de conhecimentos, domínio de saberes e ideias inovadoras e arrojadas; a literatura sobre o mundo do trabalho e o mercado vem também registrando que há uma crescente e legítima demanda pela educação superior, certamente em decorrência da consciência sobre a sua importância como garantia de inclusão num espaço profissional mais diferenciado.

As instituições de ensino superior estão, pois, pressionadas pela necessidade de oferecer ensino de excelência, focado numa formação que atenda ao mais exigente perfil de profissional demandado pelo mercado.

Essa formação, pensada na perspectiva da mercantilização do profissional traz detrimento a uma formação humana ética, crítica, criativa e socialmente comprometida; entende-se que as IES no exercício das políticas de ensino, devam potencializar a capacidade profissional do egresso, de produzir e difundir o conhecimento e de compreender as experiências de vida que estimulam a aprendizagem nas mais diferentes situações; que considerem a primazia da ética, da cooperação, da participação e da solidariedade implicada na formação profissional.

Nesta perspectiva, as IES além de constituir-se como instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, é também um espaço de formação do pensamento crítico e profissional lastreado no sentido do imperativo ético, do dever-ser que norteia a vida no coletivo.

O olhar crítico sobre a prática pedagógica desta Instituição indica os tênues vínculos entre o ensino, a pesquisa e a extensão; é no sentido da totalidade do processo de ensino, implicado na extensão e na pesquisa, que os projetos pedagógicos dos cursos, em processo de renovação de reconhecimento, e os projetos de novos cursos, estão sendo exaustivamente discutidos.

Contudo, as práticas da pesquisa e da extensão se constituem campo de aprendizagem significativa por excelência e, portanto, é dever da FACAPE oportunizar aos estudantes vivenciar tais experiências; ademais, é pela ação extensionista e pela pesquisa nas ciências humanas que esta IES poderá contribuir com a transformação da realidade socioambiental desta região. E este compromisso vem sendo afirmado ao longo deste PDI-2016/2020.

No que diz respeito à pesquisa, a FACAPE tem como princípio fundamental estimular o trabalho de investigação científica e do pensamento reflexivo, com a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas de extensão, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do conhecimento e da cultura.

Desta forma, o eixo fundamental da política de ensino está implicado na prática da extensão e da pesquisa, entendendo-se que esta possibilita a imersão na realidade e o pesquisador sendo por ela impactado dá-se conta da emergência de apontar alternativas para superação das situações-limite nas quais se percebe incluso. E aí a aprendizagem se dá pelo experimentar situações desafiadoras. É o confronto desejável entre teoria e prática.

2.4. Políticas de Gestão da Instituição

Diante das crescentes demandas da sociedade, a AEVASF vem realizando investimentos em projetos que visam elevar a qualidade acadêmica e administrativa da Instituição; neste sentido é previsível o investimento na infraestrutura física e tecnológica, procurando tornar mais eficaz a estrutura dos serviços de apoio e de logística que dão suporte às exigências peculiares dos serviços educacionais que a FACAPE presta a sociedade.

A gestão da FACAPE ao buscar cumprir as regras atribuídas ao setor público, faz-se atenta às dimensões de excelência em gestão pública, importando destacar os princípios gerenciais que devem ser praticados para exercício de uma política de gestão humanizada e eficaz, conforme lista abaixo:

- 1.visão de futuro;
- 2.pensamento sistêmico;
- 3.liderança participativa e constância de propósitos;
- 4.comprometimento e capacitação de recursos humanos;
- 5.responsabilidade social;
- 6.orientação por processos e informações;
- 7.desenvolvimento de parcerias;
- 8.viabilização de recursos e,
- 9.aprendizagem organizacional.

Na busca do atendimento dessas dimensões, a FACAPE procura nortear seus programas, de modo a promover o avanço estratégico da Instituição, propiciando condições de crescimento e realização profissional dos servidores, permanente melhoria na infraestrutura física, tecnológica e operacional, e que, em seu conjunto, gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos em todos os níveis e modalidades.

Para tanto, a política institucional de gestão está suportada nas ações que vêm desenvolvendo, com destaque na:

- a) Promoção e incentivo à titularidade, à qualificação, à valorização, ao reconhecimento e autorrealização dos servidores, em sintonia aos objetivos e metas institucionais declinados neste PDI;

- b) consolidação de uma infraestrutura física e de base tecnológica, moderna e adequada, bem como a manutenção e expansão permanente e qualificada do acervo bibliográfico e do patrimônio;
- c) incentivo à formação de uma cultura de preservação e valorização ambiental;
- d) aperfeiçoamento permanente e sistemático dos processos de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas e da gestão, de modo a assegurar o cumprimento da missão da instituição; e,
- e) promoção de meios que garantam o exercício da gestão democrática através da participação dos diferentes segmentos acadêmicos nos processos decisórios.

Para dar conta desses objetivos de gestão, há de se manter incessante busca de fontes alternativas de recursos para financiamento ao ensino, à pesquisa, à extensão, à qualificação dos servidores (docentes, técnicos e administrativos) e à infraestrutura. Nesse pensamento, é significativo manter integração com as demais instituições de ensino da região, com instituições públicas (Ministérios, Fundações de apoio a pesquisa, INCRA, ITEP, Embrapa etc.), instituições privadas (Fundação Abrinq, Fundação Airton Senna, Fundação Nilo Coelho, entre outras) e com ONGs que sejam representativas das demandas sociais.

2.5. Responsabilidade Social

Segundo a definição da Comissão Europeia em 2002, Responsabilidade Social é a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas (European Commission "Corporate Social Responsibility - A business contribution to sustainable development", 2002). Portanto, tratando-se de um processo voluntário, a Responsabilidade Social não se pode reduzir ao universo das obrigações legais e do seu cumprimento, indo para além das regras éticas ou jurídicas que constituem obrigações comuns para todos os cidadãos e instituições. A 'integração nas suas operações' implica que a Responsabilidade Social não é apenas filantropia.

A implementação da Responsabilidade Social ocorre principalmente, por meio da extensão. Conforme expresso no Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, as atividades de extensão devem "priorizar práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes" e devem abarcar as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Com o foco nesses aspectos, a FACAPE mantém diversos projetos, visando abranger as áreas temáticas, a exemplo da:

a) Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem – CCMA.

Em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, este projeto proporciona assistência judiciária gratuita à comunidade promovendo consensualmente, conciliações e mediações extrajudiciais e, contenciosamente, arbitragens em litígios patrimoniais de caráter privado. Ademais, este projeto envolve a participação dos acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito da FACAPE, no intuito de proporcionar a prática Jurídica necessária à formação profissional e à capacitação dos estudantes.

Tem a finalidade de oferecer à comunidade da região a possibilidade da resolução de queixas que sobrecarregariam o Judiciário, de forma extrajudicial e posteriormente, homologado por autoridade judiciária.

b) Projeto de Inclusão Digital

Aproveitando a estrutura de laboratórios da FACAPE, contando com uma equipe de monitores oriundos do quadro discente e professor coordenador, oferece curso de informática gratuito para jovens carentes com idade a partir de 16 anos, possibilitando o acesso tecnológico e computacional desta parcela da comunidade da região. Na presente data, o projeto já alcançou mais de 6.000 (seis mil) beneficiados.

c) Custo da Cesta Básica – CCB (Índice de Cesta Básica – ICB)

O Custo da Cesta Básica é um boletim divulgado mensalmente na imprensa local, sendo cada vez mais reconhecido pela comunidade como uma atividade importante para a região. Conta com a participação de cinco bolsistas, coordenado por um professor, que desenvolvem o levantamento dos preços de doze produtos (carne, feijão, arroz, farinha, leite, tomate, banana, pão, margarina, óleo, açúcar e café em pó) que compõem a cesta básica, nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, e posterior cálculo inflacionário da cesta básica em comparação com cidades do mesmo porte.

d) Faculdade Aberta da Terceira idade – FATI

Trata-se de um Projeto de Extensão realizado nas dependências da FACAPE em parceria com a Universidade de Pernambuco – UPE, para o atendimento de pessoas com idade a partir dos 50 anos e que tenham concluído o ensino fundamental.

Os monitores são os alunos da FACAPE e da UPE e são oferecidos os seguintes módulos: Inclusão Digital, Direito, Línguas, Recreação e Lazer, Educação Ambiental, Turismo, Empreendedorismo e Saúde.

Tem como objetivo envolver a comunidade da melhor idade com rotinas acadêmicas em disciplinas isoladas dos cursos de graduação da IES, como Computação, Direito, Economia, Serviço Social e Administração, em práticas pedagógicas, estudos de língua e atividades físicas (laborais/dança/ioga), bem como noções de higiene e saúde, em convênio com a Universidade de Pernambuco (UPE), por meio dos cursos de Fisioterapia, Nutrição e Enfermagem.

e) Projeto de Reciclagem de Lixo Eletrônico

Este projeto visa receber equipamentos de informática em desuso ou com defeito para reaproveitamento total/parcial, destinados à entidades filantrópicas, associações, ONGs etc. Objetiva, ademais, disseminar a cultura do uso consciente da tecnologia ao promover a inclusão digital.

O projeto de extensão também atende diretamente à comunidade com o serviço de recolhimento de lixo eletrônico. Qualquer pessoa que tenha um equipamento fora de uso, qualquer que seja o estado, pode doá-lo ao laboratório de Reciclagem de Lixo Eletrônico da Facape. Quando não é possível recuperá-lo, o aparelho é descartado de forma ambientalmente correta, conforme disposto na legislação pertinente.

Nesse projeto atua um docente coordenador e quarenta bolsistas, alunos dos cursos de Ciência da Computação e Gestão da Tecnologia da Informação (GTI).

f) Núcleo de Práticas jurídicas

Vincula-se diretamente ao Colegiado do Curso de Direito, consolidando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, promovendo júris simulados, elaboração de processos judiciais e outras práticas do ramo. Ocorrem em média 50 (cinquenta) atendimentos/mês em matéria cível, distribuídas entre as diversas varas cíveis de Petrolina, que compreendem as duas varas de família e registro civil; as cinco varas cíveis e a vara da infância e juventude.

Atualmente, o NPJ possui cerca de 800 processos em andamento, com tendência ao seu crescimento.

O projeto possui como integrantes, dois professores efetivos, ambos advogados, e 18 estagiários do curso de Direito da instituição.

g)Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEX

O Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX, objetiva incrementar a competitividade das empresas; disseminar a cultura exportadora, ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e setor privado; introduzir melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas; contribuir para a elevação dos níveis de emprego e renda; promover a capacitação técnico-gerencial para a inovação e impulsionar a interação e a cooperação entre as empresas e instituições de apoio.

h)Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica - INVASF

Em parceria com o Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, o Programa tem como objetivo estimular o surgimento e apoiar o desenvolvimento de Empresas de Base Tecnológica através de um sistema de incubação de Empresas, o qual promove o amadurecimento de ideias inovadoras, startups e empresas locais.

i)Revista Opara

Periódico multidisciplinar editado pelo corpo docente da Facape, que publica artigos de natureza científica não só do público interno, como também de pesquisadores de reconhecida atuação nacional.

Fundada em 2010 com frequência anual, a partir de 2015 tornou-se quadrimestral, corroborando sua consolidação como meio de publicação qualificada no Qualis Capes.

j)Procon

Oferece orientação jurídica consumerista ao público local, visando uma solução efetiva às queixas e problemas entre consumidores e fornecedores em geral. Atuam nesse projeto dois docentes e dez bolsistas.

k)Chá Filosófico

É um programa de iniciação científica que debate assuntos contemporâneos envolvendo sociedade, economia, política, sociologia e filosofia, tendo como resultado a publicação de um livro.

l) Instituto Nacional de Engenharia de Software – INES

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Engenharia de Software (INES) tem como tema global promover o desenvolvimento de software com alta produtividade aplicando sistematicamente um modelo fábrica com o objetivo de obter sistemas que, de forma mensurável e configurável, tem um alto nível de qualidade e confiabilidade. Em especial, as iniciativas do INES visam diminuir radicalmente a taxa de falhas de projetos e aumentar a satisfação na qualidade do produto, com custo e benefício controlados.

Começando suas atividades em dezembro de 2008, participaram da iniciativa como instituições fundadoras: UFPE (sede do INES), CESAR e UFRPE (Recife-PE), FACAPE (Petrolina-PE), UFBA (Salvador-BA), UFCG (Campina Grande-PB), UFPB (João Pessoa-PB), UFRN (Natal-RN), e UFS (Aracaju-SE). Ao longo de sua existência, o INES tem obtido financiamento oficial federal (MCT / CNPq / FNDCT / CAPES) e estadual (FACEPE) para o desenvolvimento de projetos.

Esta imagem retrata outra peculiaridade do INES; todas as instituições de fundadores são de grupos de pesquisa do Nordeste brasileiro. Portanto, o INES também contribui para apoiar a criação de novos pilares de pesquisa científica, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia no Nordeste do Brasil.

De forma geral, os pesquisadores do INES têm trabalhado em vários temas de pesquisa relacionados à Engenharia de Software e seus grandes problemas:

- (a) reutilização sistemática e linhas de produtos de software
- (b) validação e verificação de sistemas
- (c) técnicas de evolução de software e refatoração automática
- (d) desenvolvimento orientado por modelo
- (e) linguagens específicas de domínio
- (f) qualidade do software
- (g) engenharia de software experimental

Atualmente, em fase de redefinição de suas atividades, o INES conta com um número expressivo de instituições de pesquisa nacionais e, dentre estas, várias com convênios com instituições internacionais. Destacam-se projetos relacionados com grandes problemas das cidades, centrados em Engenharia de Software para as cidades inteligentes.

m)Projeto Violência Sexual Contra Criança e Adolescente: A Educação Como Ferramenta no Processo de Prevenção

Este projeto utiliza com base as práticas exitosas do “projeto Escola que protege”, criado pela Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC), bem como o material abordado pelo projeto CRESCER Sem Violência, do Canal Futura.

O objetivo do projeto é contribuir com o processo de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes nos espaços formativos. É direcionado para os estudantes do 1º (primeiro) ano do ensino médio de uma comunidade com maior índice de violência sexual contra crianças e adolescentes com desdobramentos em encontros presenciais, atividades de pesquisas bibliográficas, atividades de campo, oficinas, apresentação ao gestor e educadores da escola e culminância na escola escolhida, bem como na unidade de ensino na FACAPE.

O projeto conta com o apoio do Canal Futura, que realizará a oficina “Crescer sem Violência” com os acadêmicos envolvidos, dentre outros que poderão participar, totalizando um quantitativo de 35 (trinta e cinco) participantes.

CAPÍTULO III

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS

3.1. Graduação

Do ponto de vista da gestão acadêmica dos atuais cursos de graduação, a FACAPE instituiu o Núcleo Docente Estruturante – NDE, composto por cinco professores do corpo docente de cada curso, conforme Resolução no. 01/2010 e Parecer do no. 04/2010 da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior-CONAES/MEC.

Na concepção da FACAPE, o currículo a ser proposto, funda-se na perspectiva da teoria histórico-crítica, de modo a possibilitar o desenvolvimento de um trabalho educativo como atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana e nessa linha de pensamento, considerar a seleção de conteúdos necessários à formação e ao desenvolvimento do estudante no contexto da prática social. Ademais, o currículo deve também, privilegiar o aumento das possibilidades de acesso do egresso ao mundo do trabalho, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica associada a competência e a inventividade, no sentido da construção de saberes edificados nas emergências da convivência humana.

Para análise do currículo em uso e discussão de possibilidades da revisão curricular, estão sendo realizadas sucessivas reuniões dos NDEs com os colegiados dos cursos, com estudantes, além da indispensável escuta de gestores e profissionais em postos de trabalho das áreas de saber desses cursos em processo de revisão curricular, Tal estratégia fundamenta-se na necessidade de que a proposta curricular a ser construída possa garantir/consolidar a identidade do curso e sua inserção na realidade regional/nacional. Nesse processo, considera-se também, a possibilidade de redução da carga horária de alguns cursos, mantendo a conformidade com o Parecer CNE/CES nº 184/2006.

É imperativo pautar, que qualquer proposta de reestruturação curricular deve ser pensada conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, específicas de cada curso e demais marcos regulatórios que definem a integralização e duração dos cursos de graduação na modalidade presencial e na Lei 9.394/96 (LDB). Afirma-se assim, a observância do Projeto aos instrumentos internos que legitimam a prática desta IES e que estão efetivamente consubstanciadas na Lei Municipal 25/1976, no Decreto 85 de 12/11/2009 e no Regimento Interno.

3.1.1. Implantação do curso de Medicina

A Lei Federal nº 12.871 de 22/10/2013, que institui o Programa Mais Médicos propõe a reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência médica, priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante e com estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos.

A baixa concentração de médicos no Brasil é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento das ações de saúde no país. Este fator é agravado no nordeste e especialmente no interior onde se encontram índices inferiores à média nacional. Pernambuco tem 16.381 médicos, que atendem uma população de 9,4 milhões habitantes, o que dá uma razão de 1,73 profissionais por mil habitantes, isto significa 21% a menos que a média nacional. Em Recife moram 1,6 milhão de pernambucanos, que são atendidos por 11.624 médicos, o que dá uma razão de 7,12 profissionais por mil habitantes. A concentração de médicos morando na capital é de 71%.¹

Com o objetivo de reduzir esta concentração que só agrava o desequilíbrio regional pode-se sugerir a criação descentralizada de novos cursos em regiões que se apresentam capazes, tanto em recursos humanos como em infraestrutura. A FACAPE é plenamente capaz para criar e manter um Curso de Medicina. Conta com maturidade acadêmica de mais de 42 anos de existência, formando profissionais de alta qualidade e conta com o importante apoio da administração municipal que formará com a FACAPE uma parceria ganha-ganha.

A administração municipal disporá de toda a rede de saúde de Petrolina, sede e interior, que será laboratório para o Curso de Medicina da FACAPE. Em contrapartida, professores e estudantes, ao tempo em que estudam e praticam a medicina, curam pessoas carentes cumprindo uma das mais importantes missões de qualquer administração. Ganha a administração, ganha a comunidade, ganham professores e estudantes.

A previsão para realização deste importante projeto é até o final de 2020, termo final deste PDI.

¹ Dados do CREMEPE (2018)

3.2. Pós-Graduação

Em que pese à extraordinária formação profissional dos docentes da FACAPE, advinda da atitude reflexiva sobre as experiências vivenciadas no mundo do trabalho, a pós-graduação vem sendo estimulada no sentido de atender, prioritariamente, a demanda interna de qualificação/titularidade do corpo docente, de modo a aumentar o índice de professores portadores de titulação *stricto sensu*. Nesse quesito importa considerar a meta prevista para o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 (75% dos docentes com qualificação *stricto sensu* e destes 35% em nível de doutorado) a FACAPE está exercitando uma política de apoio à qualificação dos seus professores, estabelecendo como meta, elevar, neste quinquênio, a titulação de 55% do corpo docente para *Stricto Sensu*.

Nessa linha de pensamento, prevê também, o investimento em qualificação do corpo docente em nível de mestrado e doutorado, na expectativa de estimular a institucionalização da pesquisa multidisciplinar, sobretudo, possibilitar em 2018 a submissão de proposta de mestrado profissional à CAPES, como forma eficiente para alcance da meta de qualificação docente em nível de mestrado. Entende-se também, como suporte indispensável ao cumprimento dos macros objetivos institucionais a participação em programas Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER), além do incentivo à qualificação docente em outros programas ofertados no país e no exterior.

A pós-graduação na FACAPE, também oferta cursos de especialização *lato sensu*, entendida como fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade. Constitui-se numa referência indispensável à formação de profissionais aptos a atuar, nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir com o processo de aprendizagem significativa.

Os objetivos dessa política são:

- a) Instituir a prática da pesquisa científica no espaço do currículo, considerando o vínculo indissociável no processo do ensino/aprendizagem;
- b) possibilitar a oferta de curso *stricto sensu* de modo a institucionalizar a produção acadêmica da FACAPE;
- c) promover a integração da pós-graduação com as demandas do setor produtivo; e,
- d) estimular a formação continuada dos estudantes da graduação.

Na perspectiva da qualificação do corpo funcional, a pós-graduação visa, essencialmente, apoiar a elevação da titularidade dos docentes e promover a qualificação dos servidores da FACAPE, tendo em vista o compromisso institucional com a oferta de um trabalho de excelência, com a autorrealização do servidor e com a responsabilidade social a partir dos processos formativos.

3.3. Síntese dos cursos de Graduação

Quadro 4 – Síntese dos cursos de graduação da FACAPE

No	Curso	Última Renovação	Autorização	Modalidade	Vagas/Se mestre	Turnos	Períodos	Carga Horária	
								Por Disciplina	Total
1	Administração de Empresas	Parecer CEE/PE No. 32/2013 - CES	Portaria Ministerial No. 247 de 31/05/1984	Presencial	100	M/N	8	60/30	3040
2	Bacharelado em Serviço Social		Parecer CEE/PE No. 41/2013 - CES	Presencial	50	N	8	60/30	3030
3	Ciências Contábeis	Parecer CEE/PE No. 164/2011 - CES	Portaria Ministerial No. 6.529 de 10/12/1991	Presencial	100	V/N	8	60/30	3000
4	Ciência da Computação	Parecer CEE/PE No. 40/2013 - CES	Parecer CEE/PE No. 40/1999 - CES	Presencial	90	M/N	8	60/30	3200
5	Direito	Parecer CEE/PE No. 33/2013 - CES	Parecer CEE/PE No. 75/2004 - CES	Presencial	150	N	10	60/30	4280
6	Economia	Parecer CEE/PE No. 109/2008 - CES	Parecer CEE/PE No. 78/2003 - CES	Presencial	50	N	8	60/30	3000
7	Gestão da Tecnologia da Informação		Parecer CEE/PE No. 43/2013 - CES	Presencial	50	N	5	60/30	2000
8	Tecnologia em Comércio Exterior	Parecer CEE/PE No. 66/2016 - CES	Parecer CEE/PE No. 83/2004 - CES	Presencial	50	N	6	60/30	2700

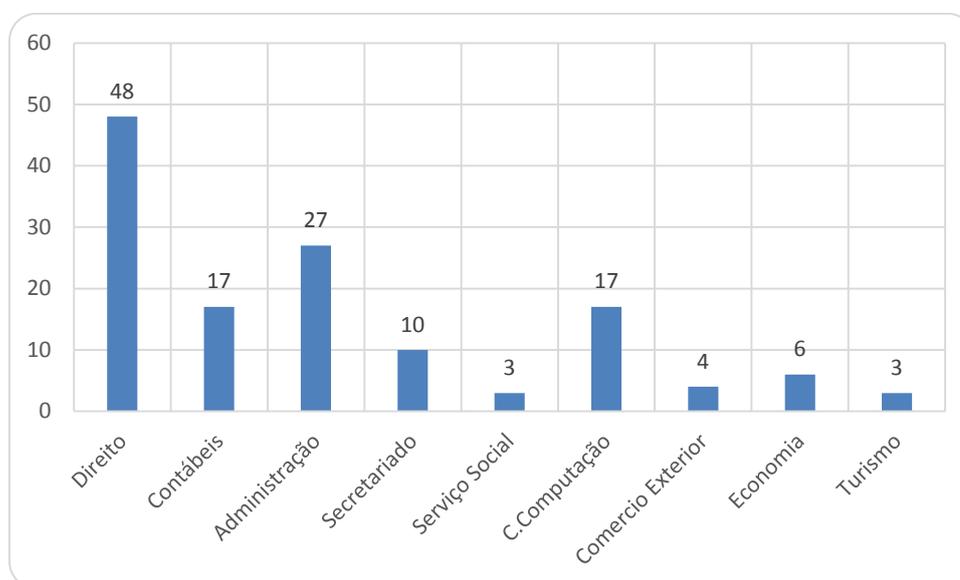
CAPÍTULO IV

PERFIL DO CORPO DOCENTE E TECNICO ADMINISTRATIVO

4.1. Perfil do Corpo Docente

O conjunto dos professores dos oito cursos oferecidos pela FACAPE tem a formação plural, em nível de graduação, que reflete a política da interdisciplinaridade acadêmica, apresentando uma maior concentração de docentes com titulação acadêmica nas áreas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito. As outras se distribuem em menor número nas áreas das Ciências Exatas e Humanas, destacando-se as formações em Engenharia, Ciências da Computação, Matemática, Letras, História, Pedagogia, Psicologia, Sociologia e Filosofia; tais professores integram o corpo docente dos diferentes cursos, isto é, o mesmo professor, em geral, atua em mais de um curso de graduação, conforme demonstrado no Gráfico 01, em valores nominais, e no Gráfico 02, com percentual:

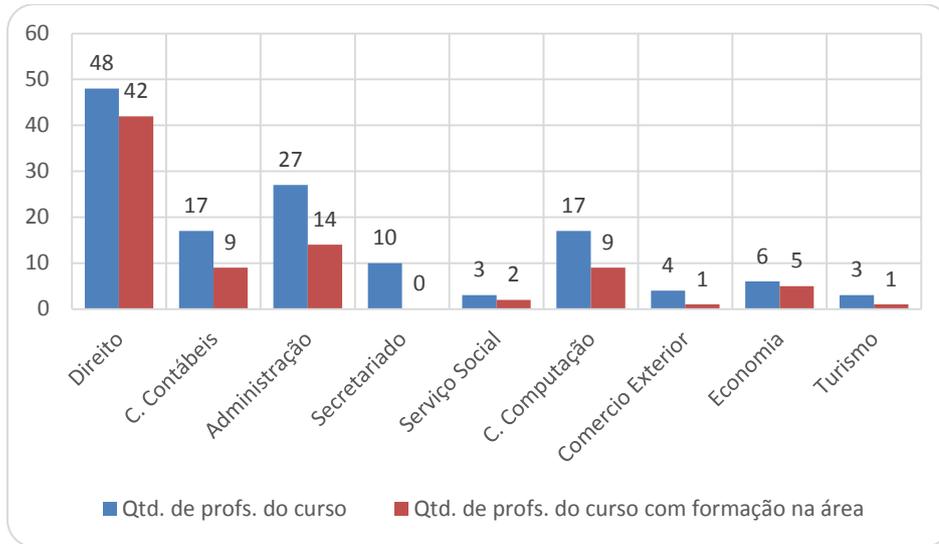
Gráfico 1 – Quantidade de professores efetivos por curso em 2016



Fonte: FACAPE – Setor Pessoal

Conforme se observa na ilustração gráfica anterior, o curso de graduação em Direito tem o maior número de docentes, dado que é oferecido nos três turnos, seguido pelo curso de Administração, que tem turmas pela manhã e a noite.

Gráfico 2 – Total de professores por curso e por formação na área em 2016.

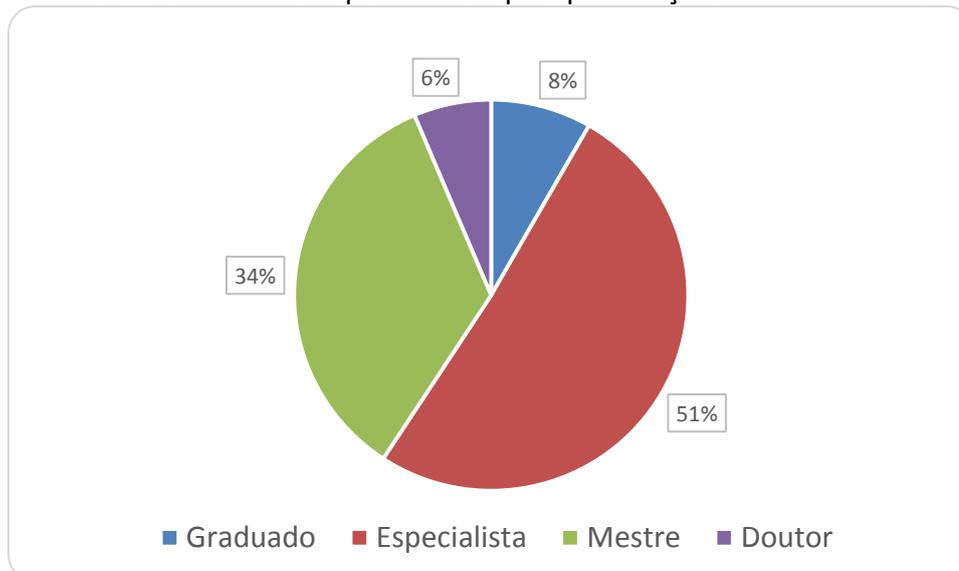


Fonte: FACAPE – Coordenações dos colegiados

No que se refere à titulação dos professores da instituição, convém registrar que mais de 40% já são titulados como mestres ou doutores, um percentual que vem aumentando a cada ano e que nos próximos cinco anos poderá ultrapassar os 50% do total, dado à intensificação das ações no sentido de estimular os docentes à busca por maior titulação.

O gráfico a seguir ilustra essa questão:

Gráfico 3 – Percentual de professores por qualificação acadêmica em 2016



Fonte: FACAPE – Coordenações dos colegiados

Tabela 4: Qualificação acadêmica dos docentes efetivos em 2016

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Doutor	10	7,30%
Mestre	48	35,04%
Especialista	70	51,09%
Graduado	9	6,57%
Total	137	

Fonte: FACAPE - Coordenação dos colegiados

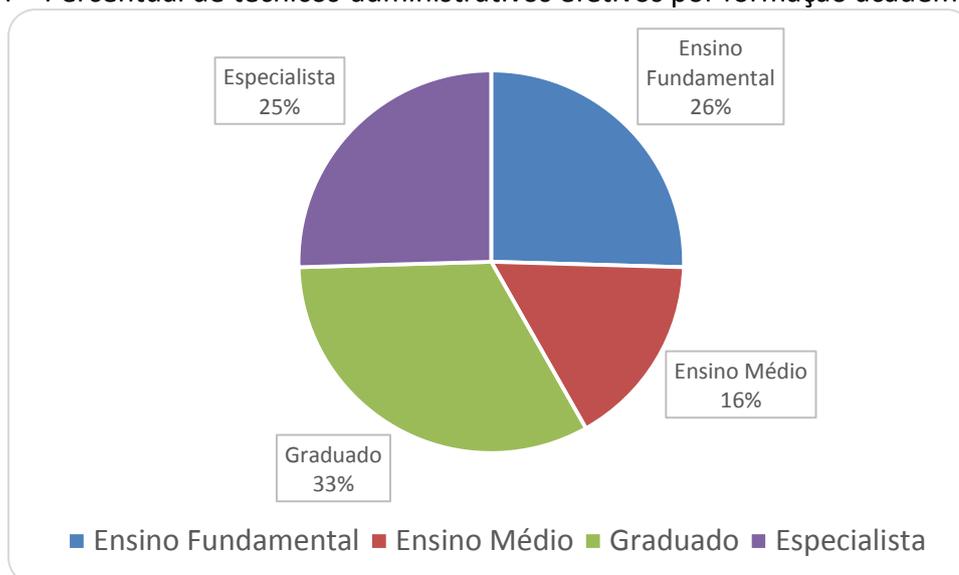
4.2. Perfil do Corpo Administrativo

O ingresso para os cargos de técnico administrativo, far-se-á através de um concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme o a Lei Municipal 301 de 04 de junho de 1991. Neste sentido, o concurso poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV).

Atualmente o Corpo Técnico Administrativo é composto de 41 servidores, dos quais 06 detém título de especialista, 15 são graduados, 07 têm ensino médio e 15 têm o nível fundamental. Informa-se ainda, que para dar suporte a demanda administrativa da FACAPE, a Instituição conta ainda com 03 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Petrolina.

A titulação dos servidores administrativos está expressa no gráfico e no quadro a seguir:

Gráfico 4 – Percentual de técnicos-administrativos efetivos por formação acadêmica (2016)



Fonte: FACAPE – Coordenação de pessoal

Tabela 5: Formação acadêmica dos técnicos-administrativos efetivos em 2016

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Especialista	14	25,45%
Graduado	18	32,73%
Ensino Médio	9	16,36%
Ensino Fundamental	14	25,45%
Total	55	
Fonte: FACAPE - Coordenação de Pessoal		

4.3.Plano de Carreira e Regime de Trabalho

A admissão de servidores nos quadros da FACAPE segue o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos de Petrolina, Lei nº 301, de 04 de junho de 1991 e demais normativos. Conforme determina a lei, a investidura no cargo efetivo efetuar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

A Lei nº 2.492, de 21 de junho de 2012, institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dos servidores em exercício na FACAPE e assim definiu os cargos do Quadro Permanente de Pessoal:

I – Profissional Técnico Administrativo – PTA: formado por uma classe constituída pelas atividades administrativas definidas na atribuição do cargo e exigência de escolaridade de nível médio.

II – Profissional Analista Especializado – PAE: constituído por uma classe, subdividida em diversas especialidades, todas com exigência de escolaridade de nível superior.

III – Profissional de Ensino Superior – PES: hierarquicamente definido pela titularidade acadêmica do servidor, constituído pelas classes:

- a. Professor Auxiliar;
- b. Professor Assistente;
- c. Professor Adjunto; e,
- d. Professor Titular.

O ingresso na carreira docente pode ocorrer na classe de Professor Auxiliar, Professor Assistente ou Professor Adjunto, conforme Edital do Concurso, sendo exigência para o professor Auxiliar, o certificado de graduado; para o de Assistente, o diploma de Mestre; e, para o de Adjunto, o de Doutor. O desenvolvimento dos professores nas classes dar-se-á,

exclusivamente, pela sua qualificação profissional, enquanto o desenvolvimento nos níveis de

padrão de vencimento, mediante Progressão Funcional por Tempo de Serviço ou Mérito Profissional.

O desenvolvimento dos servidores nos cargos de PTA e PAE dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de padrão de vencimento mediante Progressão Funcional por Mérito Profissional e Tempo de Serviço, obedecido o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício entre as progressões.

A FACAPE ainda incentiva a qualificação dos seus servidores através da Gratificação de Retribuição por Titulação – GRT, Lei 2.491, de 20 de junho de 2012, que incrementa o salário base do servidor em percentuais que variam de 4% a 32%, no caso de titulação maior que a do concurso de ingresso.

O atual regime de trabalho docente é de 20h ou 40h semanais. Os servidores técnicos e administrativos cumprem 30h semanais/trabalho, equivalente a 06h/dia.

Para complementação do Quadro de Pessoal, excepcionalmente, a FACAPE utiliza mão-de-obra temporária para necessidades pontuais em conformidade com o Art. 37 da CF.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1. Estrutura Organizacional

Conforme Decreto 85 de 12 de novembro de 2009, a organização administrativa da AEVASF e da FACAPE apresenta-se da seguinte forma:

I – Órgãos Colegiados:

- Conselho Deliberativo Autárquico - CDA
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE

II – Órgão Diretivo:

- Presidência da AEVASF
- Diretoria da FACAPE

III – Coordenações Acadêmicas:

- Coordenação do Curso de Administração
- Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
- Coordenação do Curso de Ciência da Computação
- Coordenação do Curso de Economia
- Coordenação do Curso de Direito
- Coordenação do Curso de Comércio Exterior
- Coordenação do Curso e Gestão da Tecnologia da Informação
- Coordenação do Curso de Serviço Social
- Coordenação de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão
- Coordenação de Estágio Supervisionado

VI – Órgãos Suplementares

- Biblioteca
- Núcleo de Tecnologia da Informação
- Assessoria de Comunicação
- Assessoria Pedagógica

VII – Coordenações Técnicas-administrativas

- Manutenção e Serviços Gerais
- Administração de Pessoal

- Central de Atendimento ao Discente
- Administração Financeira e Contábil

O Conselho Deliberativo Autárquico-CDA, órgão superior de direção administrativa e disciplinar na AEVSF, é assim constituído:

- I -Presidente da AEVSF – como presidente do órgão
- II - Diretores da FACAPE
- III - Coordenadores Acadêmicos (exceto a coordenação de estagio supervisionado)
- III – Representação das diversas categorias do corpo funcional (docentes, técnicos e administrativos)
- IV – Representação da comunidade científica e da sociedade local.

Dentre as competências que são cometidas ao CDA, destacam-se como essenciais:

- 1.Homologar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;
- 2.Aprovar a Proposta Orçamentária da AEVSF e da FACAPE;
- 3.Resolver, em grau de recurso, todas as questões administrativas ou disciplinares que lhe forem encaminhadas;
- 4.Pronunciar-se acerca dos Relatórios Anuais das atividades da FACAPE, elaborados pelas respectivas Diretorias, Coordenações e órgãos de apoio administrativo;
- 5.Reunir-se, solenemente, nas reuniões de grau da AEVSF.

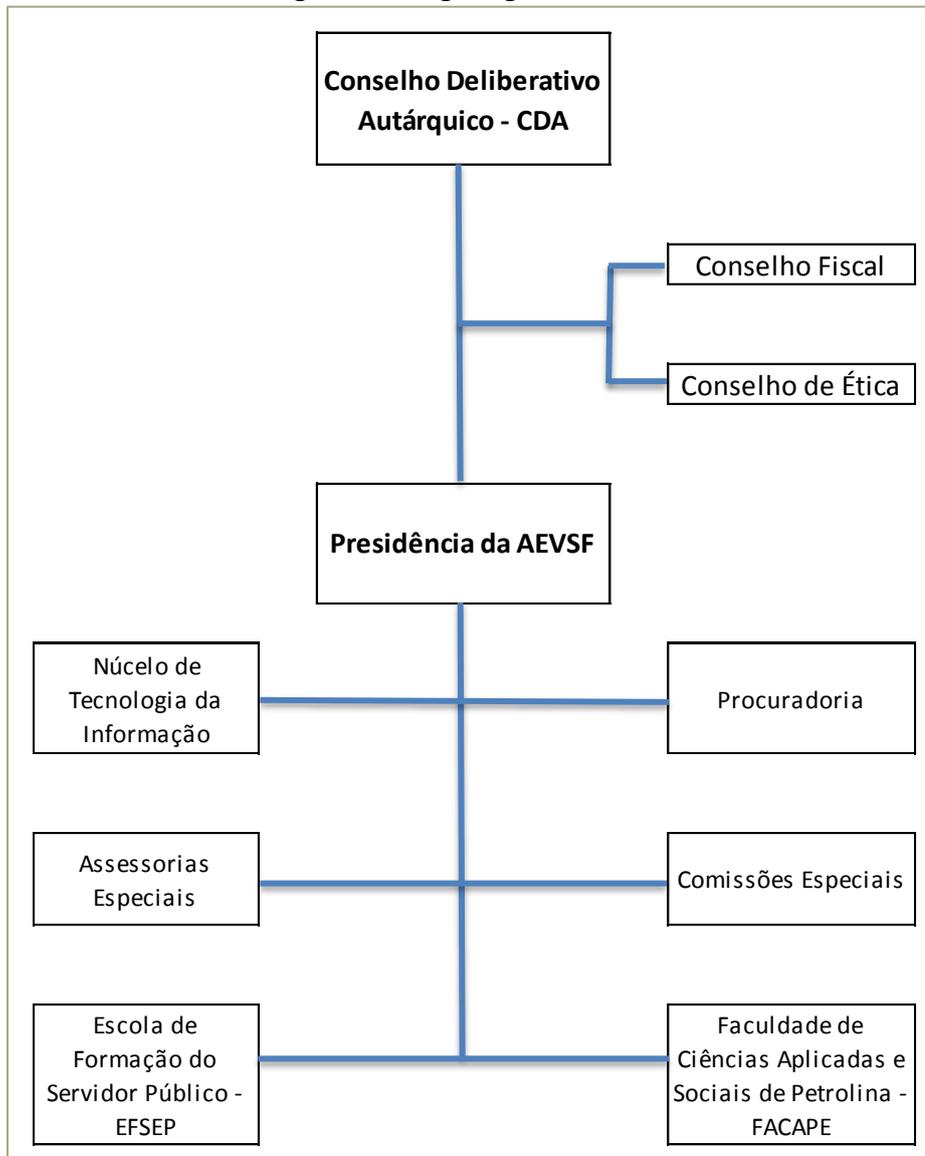
O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, órgão superior de direção acadêmica da FACAPE, é constituído pelos Diretores da FACAPE, Coordenador de Pós-Graduação, Coordenadores de Cursos e membros do CDA que não integram o Conselho Fiscal e/ou Conselho de Ética.

Dentre as competências essenciais do CEPE destacam-se, especificamente, deliberar sobre:

- I – diretrizes e normas para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- II – questões de ordem didático-científica;
- III – criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação e pós graduação;
- IV – aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- V – aprovação de proposta de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo.

5.2. Organograma da AEVSF

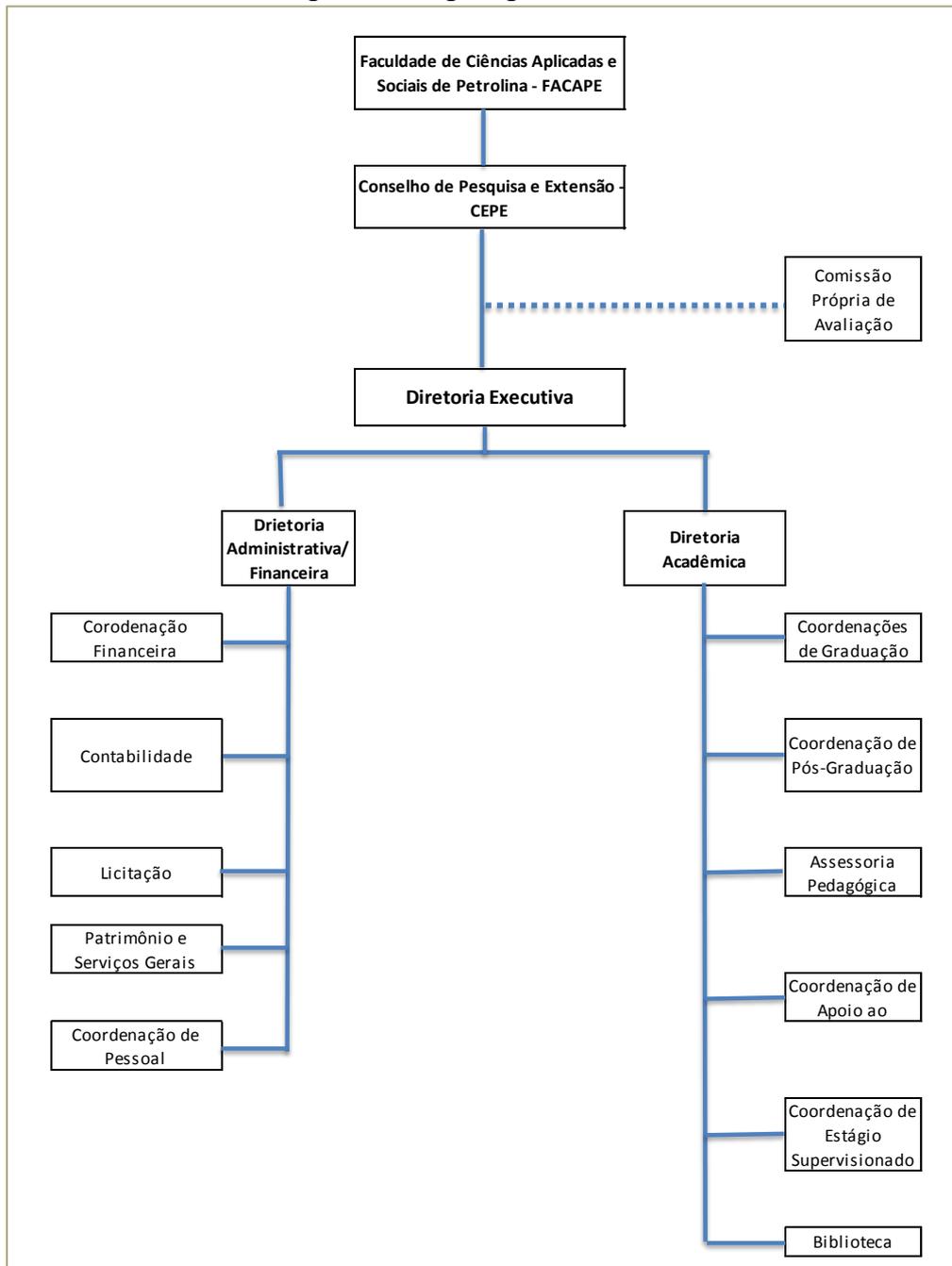
Figura 3 – Organograma AEVSF



Fonte: FACAPE , adaptado do Decreto municipal nº. 085/09

5.3. ORGANOGRAMA FACAPE

Figura 4 – Organograma FACAPE



Fonte: FACAPE, adaptado do Decreto municipal nº. 085/09

CAPÍTULO VI

POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Reconhecida como uma instituição que desempenha importantes papéis para o desenvolvimento humano e sustentável da região, a AEVSF/FACAPE com o propósito de garantir sua referência normativa e valorativa, apoiada fortemente na sua missão institucional educativa, vem através da assessoria pedagógica dialogando com as interfaces entre a tríade ensino-pesquisa-extensão, como condição precípua de fortalecer a epistemologia própria da Pedagogia Universitária.

Efetivamente, em linhas gerais, a assessoria pedagógica estrutura suas atribuições a partir das três instâncias da organização educativa: gestores, professores e estudantes, prestando suporte técnico, didático, pedagógico e metodológico alicerçado no arcabouço dos pressupostos, diretrizes e metas interpostas no PDI, PPI, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs e Regimento Interno.

Nesse sentido, a assessoria pedagógica fomentada no princípio participativo, democrático e coletivo assume o papel de mediador dos processos formativos em prol da qualidade do ensino e organização do trabalho pedagógico. Para tanto, pautada na perspectiva reflexiva e na coliderança tem como prioridade a constituição de espaço para socialização, reflexão e discussão sobre a prática acadêmica através de encontros pedagógicos, reuniões pedagógicas e grupos de estudos temáticos com o intuito de aprofundar os saberes pertinentes à educação universitária, sempre com foco na transformação e otimização do trabalho institucional.

Ademais, a assessoria pedagógica subsidia a Comunidade Acadêmica nas ações de planejamento, elaboração, implementação, reformulação, acompanhamento e avaliação do PPC, no processo de Avaliação Institucional e no atendimento individual aos professores nas suas dificuldades pedagógicas.

Com relação ao apoio aos estudantes, este se efetiva, particularmente com aqueles que se encontram em regime de tratamento excepcional², aos portadores de necessidades

²Decreto 1044/69 e Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 c/c a Resolução nº 007/2003- CAS - Conselho de Administração Superior

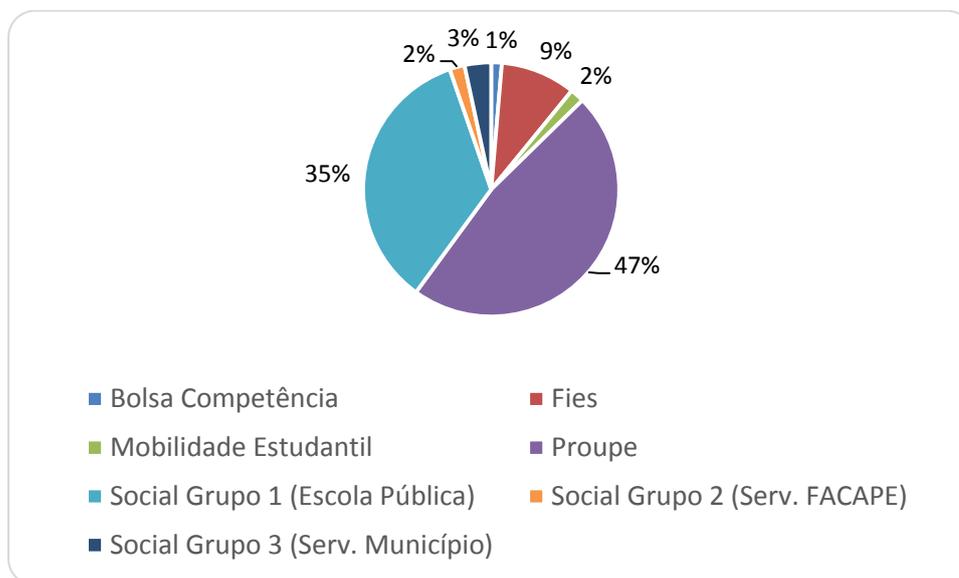
especiais e aqueles aos quais é solicitado o respeito à diversidade e a etnia, assegurando equalização de oportunidades; tais ações ainda reverberam na permanente orientação ao professor quanto a forma de lidar com essas excepcionalidades em situação de ensino/aprendizagem.

A assessoria pedagógica contribui para ampliar as possibilidades de uso de canais de comunicação abertos para as tomadas de decisões mais ágeis e desburocratizada atuando como ouvidora institucional com o propósito de apoiar à gestão institucional, uma vez que tem por objetivo receber, analisar, encaminhar e responder as demandas pedagógicas recebidas pelo sistema. Através da ouvidoria a Instituição abre a escuta de reclamações, denúncias, sugestões e elogios; prestando esclarecimentos quanto às dúvidas sobre os serviços prestados e providenciando atendimento às solicitações, quando pertinentes, mantendo o demandante informado sobre os procedimentos que devem ser adotados sobre a questão requerida.

No sentido de estimular a inserção na educação superior, principalmente do egresso das escolas públicas, a FACAPE desenvolve um programa de apoio aos estudantes através de concessão de bolsas de estudos oriundas do Governo Municipal, conforme Lei 2179 de 22 de dezembro de 2006, ao tempo em que desenvolve gestão junto ao Governo Estadual para concessão de bolsas destinadas ao aumento da participação dos estudantes da escola pública na formação profissional universitária.

Os gráficos 05 e 06, demonstram a contrapartida progressiva do estudante no Programa de Bolsas do Governo Municipal.

Gráfico 5 – Percentual de bolsas ofertadas na FACAPE, por tipo, em 2016

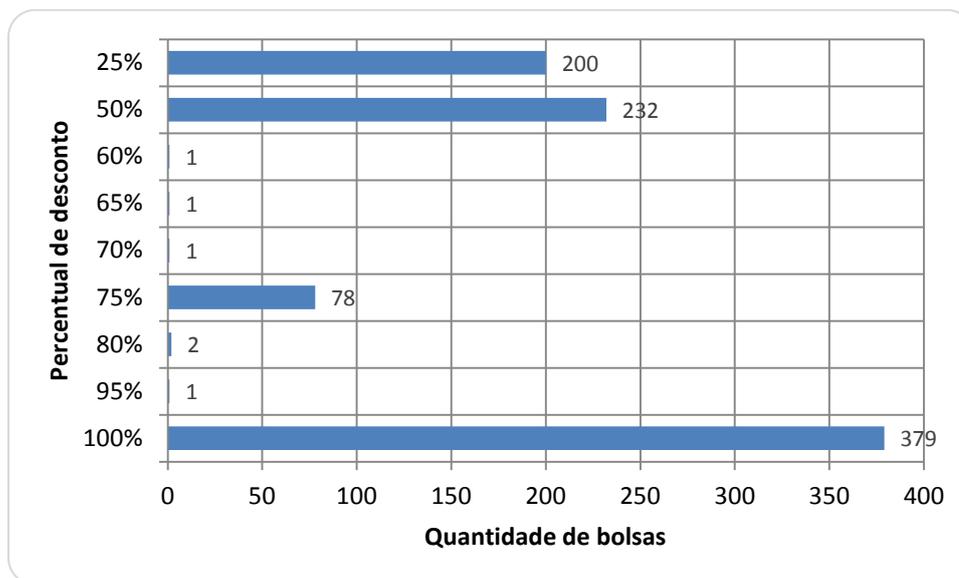


Fonte: FACAPE – Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

Tabela 6: Percentual e quantitativo de bolsas ofertadas na FACAPE, por tipo, em 2016

TIPO	QUANTIDADE	%
Bolsa Competência	12	1,34%
FIES	85	9,50%
Mobilidade Estudantil	16	1,79%
PROUPE	424	47,37%
Social Grupo 1 (Escola Pública)	311	34,75%
Social Grupo 2 (Serv. FACAPE)	17	1,90%
Social Grupo 3 (Serv. Município)	30	3,35%
Total	895	
Fonte: FACAPE - Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)		

Gráfico 6 – Quantidade de bolsas por percentual de desconto em 2016



Fonte: FACAPE – Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

Assim, a FACAPE, no sentido de investir no fortalecimento de suas competências institucionais no que se refere ao atendimento aos discentes e do egresso, nas diversas atribuições e instâncias acadêmicas tem repensado uma política de assistência ao estudante com foco no reconhecimento de suas diversas necessidades, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos.

Nesta perspectiva, AEVSF/FACAPE no intuito de democratizar as condições de acesso e permanência dos discentes vem estudando e inserindo políticas de atendimento que minimizem a retenção e evasão de forma que ampliem suas possibilidades de acesso e permanência para a formação do cidadão crítico, criativo e responsável, como também no desenvolvimento de suas competências e habilidades socioprofissionais demandadas pelo mundo do trabalho.

6.2. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudantes da FACAPE estão organizados em núcleos estudantis representativos de cada curso, denominados Centros Acadêmicos - CA, e estes se mantêm vinculados a uma instância estudantil superior, o DCE – Diretório Central de Estudantes, órgão máximo de representação discente na Faculdade.

Vale assinalar, que os estudantes estão representados em todas as instâncias deliberativas, com direito a voz e voto de qualidade igual aos demais membros, conforme determina o Estatuto da FACAPE.

6.3.ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

As atividades desenvolvidas pela FACAPE junto aos seus egressos vão além de buscar manter ativo o contato com o profissional recém-formado, mas, adicionalmente, têm objetivado estimular a continuidade da relação acadêmica, mediante a oferta de cursos de pós-graduação, como especializações, assim como na participação de eventuais projetos, sociais ou de pesquisa, desenvolvidos pelo corpo docente da instituição, assim como no sentido de identificar oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho para os seus ex-alunos.

A realização de atividades de extensão tem contado com ex-discentes da instituição, nomeadamente os formados em Direito e Ciência da Computação, além de ações no sentido de estimular aos ex-alunos em intensificarem esforços no sentido de participarem de processos de seleção e integrarem o corpo docente da FACAPE ou mesmo de outra instituição de ensino superior, bem como a integrarem equipes técnicas em programas ou projetos, como os que vêm sendo tocados pelos cursos de Administração, Comércio Exterior e Economia.

Além dessas ações convém ressaltar as tratativas em curso no sentido de se desenvolver um banco de talentos, uma ferramenta que auxilie na identificação de profissionais para respectivas vagas oferecidas pelo mercado, de modo a compatibilizar a oferta de recursos humanos com as demandas do mercado e assegurar mercado de trabalho aos recém-formados.

Nesta perspectiva devem-se assinalar as preocupações com que a FACAPE tem se debruçado no que concerne ao acompanhamento dos seus egressos, sintonizando-se com as dinâmicas dos mercados local, microrregional e nacional, com as tendências e perspectivas econômicas, socioculturais e tecnológicas, de maneira a se firmar no espaço acadêmico como instituição formadora de qualificados profissionais e de cidadãos cujos vínculos com a instituição sejam mantidos, tanto no âmbito das conquistas profissionais quanto na continuada formação acadêmica.

CAPÍTULO VII

7.0 INFRAESTRUTURA

7.1. Descrição da infraestrutura física

O campus universitário da FACAPE conta com uma área de 44.700 m², dos quais 10.535 m² são de área construída, 15.870 m² de estacionamento com área pavimentada, 9.880 m² de área livre e área verde e 8.415 m² de área de passeio.

7.1.1 Núcleo Executivo - 187,3m² - Abriga a Presidência da Autarquia, as Diretorias Executiva, a Acadêmica e a Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria de Comunicação, Coordenação de Planejamento, Procuradoria Autárquica e Secretaria Executiva;

7.1.2 Núcleo Acadêmico - 282,2m² - Coordenações de Cursos, Assessoria Pedagógica, Sala de Professores, Sala de Reunião e Sala de Apoio Docente;

7.1.3 Núcleo de pessoal - Coordenação de Pessoal e de Processos Seletivos;

7.1.4 Núcleo de Tecnologia e Informática - 666,7m² - constituído de sete Laboratórios de Informática, Sala de Videoconferência, Laboratório de Práticas Contábeis, Coordenação de Informática, Sala de Desenvolvimento de Sistemas e da Sala de Manutenção de Equipamentos de Informática;

7.1.5 Núcleo Controle Financeiro - 212,8m² - Espaço no qual funciona a Tesouraria, o Controle financeiro e a Contabilidade;

7.1.6 Coordenação de Apoio ao Discente (CAD) - 330m² - Onde funcionam a Secretaria de Registro de Ensino (matrícula, transferência, trancamento, emissão de diplomas).

7.1.7 Espaço de Convivência 658m² - abriga lanchonetes, livraria, copiadora e Diretório Acadêmico.

7.1.8 Auditório Central 285m² - Com 250 lugares, sonorizado e climatizado.

7.1.9 Salas de aula - 3.940m² - Cinquenta e cinco salas, numa média de 75m² por sala;

7.1.10 - Coordenação de Estágio - 48m²;

7.1.12 - Praça do Projeto Viva Verde - 607m²;

7.1.13 - Salas de empresas incubadas - 40m² - INCUBA VALE;

7.1.14 Setor de Licitação - 58,8m².

7.2. Biblioteca

A Biblioteca Professor Luciano Jose Pinto Barbosa está aberta à comunidade para leitura, estudo, pesquisas, com acesso livre ao acervo. Dotada de espaços climatizado para estudo individual e em grupo, para uso da internet, projeção de filmes/vídeo e hemeroteca; para os serviços de apoio são constituídos através da Coordenação técnica de uma bibliotecária, de profissionais que trabalham na recuperação e manutenção do acervo. A informatização do acervo está disponível para consulta aos usuários no balcão de atendimento.

Com uma área física de 1.489m², para os portadores de necessidades especiais de locomoção, a Biblioteca tem espaço físico adequado – rampas, portas amplas e Wcs especiais. Em detalhe, a biblioteca apresenta a seguinte infraestrutura:

- 1.Mural para divulgação de eventos, cursos, realizações pela FACAPE;
- 2.Sala de estudo individual e uso de notebooks. Ambiente WI-FI;
- 3.Auditório com capacidade para 100 pessoas;
- 4.Sala de vídeo com capacidade para até 50 pessoas, contendo um televisor de 52 polegadas, aparelho de DVD;
- 5.Sala de estudo coletiva
- 6.Hemeroteca com mesa e sofás;
- 7.Sala de pesquisa virtual, com 21 computadores ligados a internet, disponíveis para pesquisa de alunos e digitação de trabalho;
- 8.Bloco destinado ao setor técnico-administrativo com três salas;
- 9.Laboratório de restauração e tratamento de livros;

7.2.1 -Horário de funcionamento

O horário de funcionamento da biblioteca é de 07:30 às 21:30, de segunda a sexta feira; aos sábados funciona das 09:00 às 17:00.

7.2.2 - Acervo geral

Quadro 5 – Acervo bibliotecário da FACAPE em 2016

ACERVO	QUANTIDADE
Títulos	10.417
Exemplares	28.734
Vídeos	308
Revistas: No. de assinaturas	8
Publicações	374
CD Rom	63
Total	39.904
Fonte: FACAPE - Biblioteca	

7.2.3 Livros por área

Quadro 6 – Quantitativo de títulos e volumes, por área do conhecimento, no acervo da FACAPE em 2016.

Áreas do Conhecimento		No. De Títulos	No. De Volumes
1	Ciências Exatas e da Terra	617	1.999
2	Ciências Biológicas	6	6
3	Engenharia e Tecnologia	644	1.809
4	Ciências da Saúde	232	443
5	Ciências Agrárias	17	50
6	Ciências Sociais e Aplicadas	6.856	18.310
7	Ciências Humanas	736	2.794
8	Linguística, Letras e Artes	1.309	3.323
Total		10.417	28.734

Fonte: FACAPE – Biblioteca

7.2.4 Usuários

Quadro 7 – Quantitativo de usuários da biblioteca da FACAPE, por tipo, em 2016

USUÁRIO	QUANTIDADE
Alunos de Graduação	2.518
Professores	177
Funcionários	51
Alunos da Pós-graduação	179
Frequência Média Diária	-
Empréstimos por dia	225
Total	3.150
Fonte: FACAPE - Biblioteca	

7.2.5 Mobiliários e Equipamentos

Quadro 8 – Descritivo e quantitativo de bens móveis da biblioteca da FACAPE, em 2016

ITEM	QUANTIDADE
Cadeiras (inclusive anexo)	108
Mesas	13
Baias	27
Assento Sala de Vídeo	50
Computador (Consulta)	21
Computador (Administração)	8
Televisor (52")	1
Aparelho de DVD	2
Assento Auditório	100
Fonte: FACAPE - Biblioteca	

7.2.6 Utilização de salas

Quadro 9 – Média de utilização dos espaços da biblioteca da FACAPE em 2016

SALA	MÉDIA/MÊS
Utilização sala de vídeo e monitoria	21 dias
Utilização Auditório	20 dias
Fonte: FACAPE - Biblioteca	

7.2.7 Política de aquisição e expansão

A aquisição de novos títulos segue uma política de atendimento prioritário às indicações bibliográficas constantes nos projetos pedagógicos dos cursos. Ao mesmo tempo, é possível proceder outras aquisições por indicação docente durante a vigência dos PPCs, tendo em vista o prazo de vigência de cinco anos para renovação curricular. Deste modo, a atualização bibliográfica ocorre ao longo dos períodos letivos, obviamente obedecendo a processo licitatório e os valores constantes na matriz orçamentária para essa destinação.

A seleção quantitativa é feita atendendo as recomendações do MEC, para disponibilização das referências bibliográficas básicas constantes nos PPCs, e, portanto, considerada de leitura obrigatória dos componentes curriculares ou disciplinas.

A política de crescimento do acervo deverá ser constante, conforme quadro 10 de metas abaixo:

Quadro 10 –Previsão da ampliação do acervo da biblioteca da FACAPE de 2016 a 2020

ANO	2016	2017	2018	2019	2020
QUANTIDADE DE TÍTULOS	3200	3500	3800	4000	4200
Fonte: FACAPE - Biblioteca					

7.3.Política de melhoria da infraestrutura

A Instituição vem desenvolvendo, nos últimos anos, um plano de trabalho para atendimento às suas necessidades essenciais, projetando a expansão e modernização da infraestrutura, de modo a acompanhar a demanda de novos cursos e, conseqüente,número de estudantes, docentes e servidores técnicos administrativos.

Neste sentido, a FACAPE, determina, como prioridade, as seguintes metas para o quinquênio de 2016 a 2020:

- Manutenção preventiva de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos e instalações;
- Acompanhamento das mudanças tecnológicas dos equipamentos, máquinas e aparelhos que possui e análise de viabilidade didático-pedagógica, tecnológica, financeira e das necessidades de possíveis atualizações, por seus próprios técnicos e professores e por especialistas terceirizados;
- Ampliar o número de laboratórios, de modo a atender as necessidades dos programas de ensino e pesquisa;
- Ampliar o núcleo de práticas jurídicas, reunindo de forma lógica todas as ações da área;
- Reforma do antigo espaço da biblioteca para adequação da Central de Atendimento ao Discente, setor de Contabilidade e Financeiro;
- Construir uma Arena para eventos;
- Ampliar a acessibilidades aos portadores de necessidades especiais;
- Atualizar os equipamentos de multimídia existentes;
- Implantação da cantina, destinada aos servidores;
- Ampliar os espaços de convivências com a criação de novas áreas verdes;

- Adquirir equipamentos para sonorização e de multimídia nas salas de aula;

- Inserir a FACAPE na Rede RNP com Dois Gigas dedicados, objetivando a oferta dos cursos à distância.
- Ampliação do link dedicado de acesso à internet no campus para 100 Mbps;
- Efetivar as ações do Núcleo de Tecnologia Educacional.
- Construção da rede de esgoto da faculdade e interligação com a rede geral do bairro.

CAPITULO VIII

8.0 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na perspectiva do SINAES, a avaliação da educação superior contextualiza distintos procedimentos de avaliação e centra-se na defesa da qualidade, da participação e da ética, comprometida com a transparência e fundamentada nas diretrizes gerais estabelecidas na legislação.

Vista neste sentido, a Lei que criou o SINAES, possibilita às IES utilizarem-se dos resultados obtidos na avaliação externa e na autoavaliação para reorientar o fazer acadêmico, tendo em vista a busca incessante por estratégias de ensino/aprendizagem que devam privilegiar as ações da extensão e da pesquisa no processo do ensinar/aprender; considera-se ainda, que o dever institucional de cumprir tais ações está posto como finalidade constitucional das IES, notadamente das públicas.

Nesta ancoragem, a avaliação do fazer acadêmico na FACAPE estratificou as dimensões especificadas pelo SINAES, buscando identificar sob quais condições (pedagógicas, culturais, infraestruturais, financeiras e de gestão) a Instituição opera, tendo em vista o pleno alcance de sua proposta formativa.

Nessa perspectiva, o processo de avaliação institucional possibilita o desenvolvimento da aprendizagem organizacional à medida que revela tanto os pontos positivos quanto as fragilidades, sistematizando os dados/informações que possibilitam aos sujeitos envolvidos, nas diferentes instâncias acadêmicas, à reflexão crítica sobre tais resultados, abrindo espaço para revisão da política e prática institucional.

Além disso, o processo de avaliação e acompanhamento que está em prática pela CPA tem como proposta fundante, a responsabilidade de criar interfaces entre as instâncias acadêmicas, a partir da observação sistêmica do modus operandi no cotidiano. Nessa proposta, o processo avaliativo tem caráter permanente e sistemático, não sendo circunscrito a simples emissão de relatórios periódicos, porquanto se propõe criar momentos que oportunizem às pessoas que fazem parte da Instituição, o desenvolvimento da habilidade de refletir criticamente sobre sua prática, num processo de autoanálise, que se pretende desenvolver a consciência das responsabilidades individuais para com o coletivo.

Nessa trajetória, avalia-se a efetividade das ações realizadas, subsidia-se a tomada de decisão e a prospecção das ações futuras em sintonia com o planejamento institucional.

8.1. Avaliação e Acompanhamento das Atividades Acadêmicas de Ensino

A FACAPE há vários anos utiliza o sistema eletrônico de registro das atividades docentes desenvolvidas em sala de aula; contudo, resta criar indicadores que possam pontuar outros produtos acadêmicos do docente tais como: publicações, projetos de inovação tecnológica, aprovação de projetos para financiamento por instituições de fomento, organização de eventos científicos, entre outros da mesma natureza.

No que se refere às atividades acadêmicas de ensino/aprendizagem, está em processo de formalização, junto às instâncias acadêmicas, o Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Ensino – SAE visto como peça chave do projeto avaliativo da FACAPE. Propõe-se que o SAE avalie o desempenho dos cursos articulando a prática acadêmica com as estratégias pedagógicas e o suporte administrativo. Espera-se que as ferramentas utilizadas pelo SAE produzam informações que possam contribuir com a periódica e sistemática reflexão sobre o processo formativo e a relação ensino/aprendizagem desenvolvido pela FACAPE.

OSAE será coordenado pela CPA de forma integrada com os NDEs, cujas atribuições têm fundamento na Lei nº 10.861/2004 que regula a CPA e na Resolução nº 01 de 17/06/2010 do CONAES que define a competência do NDE em relação ao Projeto Pedagógico do curso.

O SAE, como processo avaliativo, vincula as dimensões do ensino com a pesquisa e com a extensão, considerando:

- No ensino, o desempenho discente e a prática pedagógica da docência na relação teoria/prática e ensino/aprendizagem;

- Na pesquisa, a participação do docente e do estudante nas atividades de investigação, produção científica e difusão do conhecimento;

- Na extensão, a participação do docente e do estudante na prática da intervenção em contextos sociais de população carente da ação pública para propiciar as condições de vida indispensáveis ao bem-estar humano.

O instrumento avaliativo que deve ser aplicado semestralmente aos estudantes, tem caráter multidisciplinar e conteúdo cumulativo e inclui o desempenho do docente no processo ensino-aprendizagem, a pertinência da disciplina no contexto do currículo, os recursos materiais e de infraestrutura que contribuem (ou não) para a aprendizagem significativa.

Nesse prisma, tem por finalidade última fornecer dados/informações sobre a aprendizagem dos estudantes possibilitando a análise sobre o currículo e as estratégias pedagógicas de forma articulada com o ensino, a extensão e a pesquisa; nesse conjunto,

buscar melhor conhecer o desenvolvimento da aprendizagem do estudante e portanto, a avaliar a pertinência e a qualidade do curso.

A avaliação docente e dos Coordenadores de Curso é desenvolvida pela CPA mediante utilização de instrumentos estruturados na forma de auto avaliação, avaliação dos coordenadores, dos pares e dos estudantes.

8.2. Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Pesquisa

Essa atividade na FACAPE vem sendo desenvolvida por Professores e estudantes com o apoio institucional e a articulação com grupos de pesquisa de outras instituições de modo a possibilitar o cadastro de docentes e estudantes da FACAPE no CNPq e outros órgãos de fomento. Tal dependência ocorre pelo fato de que esta IES ainda não oferece programa *stricto sensu* também não está instituída como universidade.

Contudo, entendendo que a pesquisa se constitui num conjunto articulado de atividades de longo/médio prazo e que tem caráter estratégico, a FACAPE vem estimulando essa prática pela destinação de carga horária docente para o desenvolvimento de pesquisa cuja tematização e problema esteja coerente com uma das linhas de pesquisa dos cursos.

Para dar fôlego à pesquisa, estão sendo estimuladas a participação de estudantes da graduação em projetos dos docentes que se encontram em programas de doutoramento e a criação de “rodas de conversa” para apresentação desses projetos.

8.3. Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Extensão

Os cursos de graduação desenvolvem atividades de extensão envolvendo a participação de significativo número de estudantes atendendo às demandas da sociedade tanto no espaço da Faculdade quanto na base da comunidade, em associações de bairro e escolas da rede pública. Conforme consta nas metas deste PDI os projetos de extensão deverão ser submetidos ao Conselho de Pesquisa e Extensão e como ação implicada no processo de ensino/aprendizagem, a extensão deve ser avaliada pelos instrumentos adotados pelo SAE e sob regência da CPA.

8.4. Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Gestão

Este PDI, elaborado para o quinquênio 2016-2020, está sendo construído tendo por base as propostas do Plano de Trabalho para o primeiro ano de gestão da atual Diretoria e os dados/informações recebidos da CPA. O acompanhamento físico-financeiro está disponível na página www.facape.br em obediência a lei de transparência do serviço público. Por meio dele, as ações que implicam investimento/despesas são apresentadas à comunidade o que permite a avaliação pública quanto à eficiência da aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

CAPÍTULO IX

9.0 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1.Sustentabilidade Financeira

A Autarquia Educacional do Vale do São Francisco é uma entidade da administração indireta do município de Petrolina e, neste sentido, a FACAPE como uma instituição integrante rege-se pelo Direito Público, no que tange à sua organização administrativa, econômica e financeira, gozando, portanto, de autonomia na sua gestão. Para a concretização das suas ações administrativas, os aspectos financeiros e orçamentários deverão ser consignados no orçamento geral do município, através de lei anual específica, ainda que conte com receitas próprias advindas da cobrança de mensalidades e de outras fontes.

As arrecadações das receitas são obtidas, em quase sua totalidade através da prestação de serviços educacionais oferecidos pela FACAPE, sendo distribuídas da seguinte forma: entre 95% e 97% correspondem ao percentual de receitas provenientes da prestação de serviços de natureza educacional; entre 3% e 5% referente às outras receitas, do total arrecadado nos exercícios de 2011 a 2015 e sob a mesma ótica, as projeções de 2016 a 2020.

Para o cumprimento das atividades no âmbito administrativo-financeiro, as receitas auferidas são aplicadas nas atividades relacionadas às despesas com pessoal, incluindo-se os encargos sobre a folha, variando entre 66% e 80%; despesas com manutenção e custeio que variando entre 18% e 29%; e, os gastos com investimentos que variam de 2% a 3%.

Em face ao modelo administrativo, a instituição sujeita-se às normas aplicadas à gestão pública, tanto em relação à aquisição e/ou contratação de bens e serviços, quanto nos aspectos relacionados a contabilidade, controle financeiro, prestação de contas, dentre outros, sujeitando-se, inclusive à fiscalização pelos órgãos oficiais de controle externo.

De acordo com o histórico dos resultados financeiros da AEVSF/FACAPE é possível afirmar que a sustentabilidade financeira será suprida com a capacidade da instituição em obter receitas, na forma de mensalidades e outras formas de captação, para manter suas atividades e projetos em andamento e/ou expansão para efetiva aplicação da sua missão e dos objetivos e metas propostos neste plano.

Aliem-se a isso os programas de bolsas estadual e municipal, a saber: Bolsas Sociais do Município, regulamentada pela Lei 1.677/2005, Programa Universidade para Todos em Pernambuco (PROUPE), criado pela Lei 14.430/2011, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que devem ser mantidos, pois, incrementam as receitas da instituição e são valiosos instrumentos de inserção dos estudantes em vulnerabilidade social no ensino superior.

A realização de estudos no sentido de melhorar o processo de planejamento econômico-financeiro da IES, articulado com as ações previstas neste PDI, permite a efetivação de informações mais abrangentes, primando sempre pela transparência.

9.2. Projeção Orçamentária

As tabelas e gráficos abaixo, demonstram a evolução histórica das receitas e despesas da FACAPE nos últimos 5 anos (2011 a 2015, realizado), bem como, a previsão orçamentária para os próximos 5 anos (2016 a 2020, projetado), com os respectivos demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeiras.

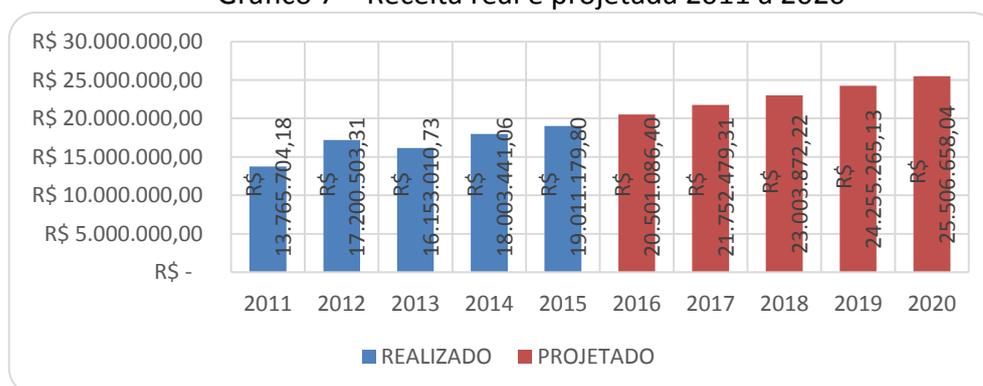
Quadro 11 – Receita e despesa realizadas e projetadas 2011 a 2020

DESCRIÇÃO	REALIZADO					PROJETADO				
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1. RECEITAS	13.765.704	17.200.503	16.153.011	18.003.441	19.011.180	20.501.086	21.752.479	23.003.872	24.255.265	25.506.658
1.1 CORRENTES	13.765.704	17.200.503	16.153.011	18.003.441	19.011.180	20.501.086	21.752.479	23.003.872	24.255.265	25.506.658
1.1.1 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	13.052.900	16.683.495	15.620.328	17.463.186	18.459.759	19.733.956	20.893.297	22.052.638	23.211.979	24.371.320
1.1.2 OUTRAS	712.804	517.008	532.683	540.255	551.420	767.130	859.182	951.234	1.043.286	1.135.338
2. DESPESAS	14.401.169	17.336.632	16.203.757	17.798.501	20.042.028	20.453.512	21.556.516	22.659.520	23.762.524	24.865.529
2.1 CORRENTES	13.843.953	16.842.530	16.038.720	17.450.610	19.325.310	20.044.441	21.125.386	22.206.330	23.287.274	24.368.218
2.1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.554.758	12.506.415	12.676.086	13.664.611	15.560.333	16.362.809	17.245.213	18.127.616	19.010.020	19.892.423
2.1.2 OUTRAS	4.289.196	4.336.114	3.362.634	3.785.999	3.764.977	3.681.632	3.880.173	4.078.714	4.277.254	4.475.795
2.2 CAPITAL	557.216	494.103	165.037	347.892	716.718	409.070	431.130	453.190	475.250	497.311
3. RESULTADO	- 635.465	- 136.129	- 50.746	204.940	- 1.030.848	47.575	195.963	344.352	492.741	641.129

Fonte: FACAPE - Setor de Contabilidade, 2016

9.2.1 - Comportamento da receita

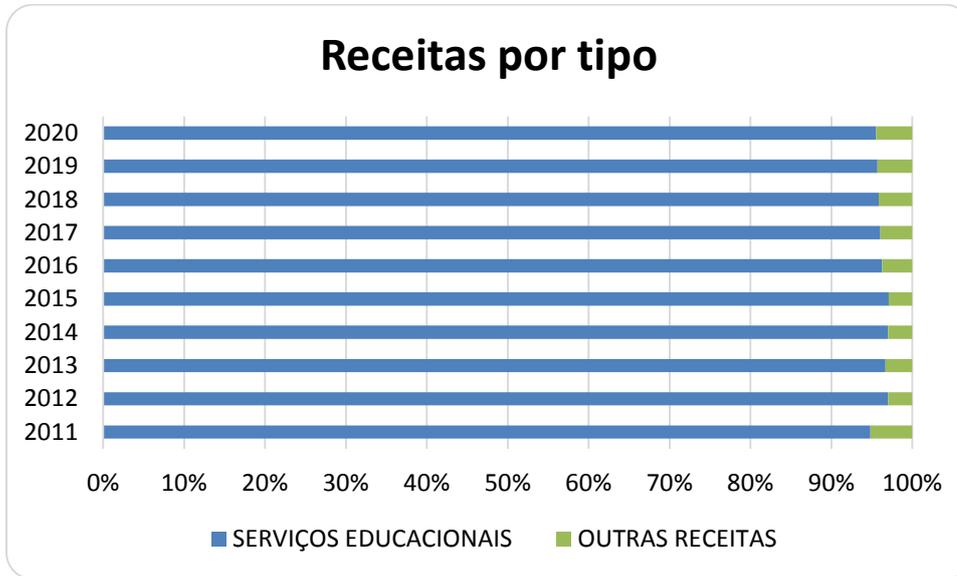
Gráfico 7 – Receita real e projetada 2011 a 2020



Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

9.2.2 - Receitas por tipo

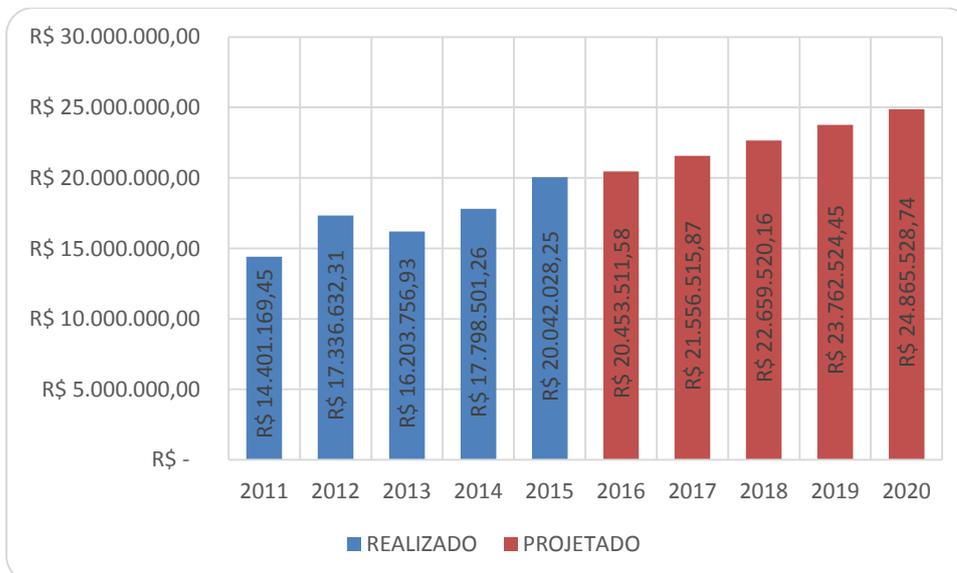
Gráfico 8 – Receitas por tipo - 2011 a 2020



Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

9.2.3 -Comportamento da despesa

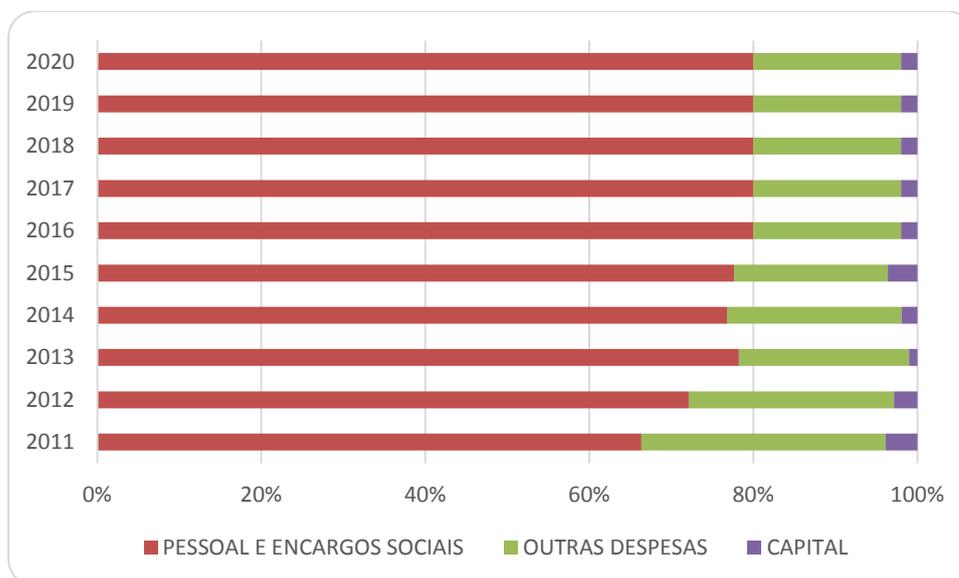
Gráfico 9 – Despesa real e projetada 2011 a 2020



Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

9.2.4 - Despesas por tipo

Gráfico 10 – Despesas por tipo 2011 a 2020



Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

9.3. Estratégia de gestão econômico-financeira

A gestão econômica financeira da FACAPE tem como objetivo o acompanhamento constante do seu orçamento na busca da eficácia das ações planejadas, adotando medidas de controle, execução e avaliação das metas definidas neste PDI.

9.4. Planos de Investimento

Adotando uma política de transparência e de facilitação da aplicação do seu planejamento, a FACAPE pretende destinar até 5% (cinco por cento) de toda a sua receita para investimentos nos projetos acadêmicos e de infraestrutura já iniciados e, dos novos, constantes neste PDI, bem como receitas oriundas de emendas parlamentares, parcerias e convênios com outras entidades governamentais.

9.5. Projeção Orçamentária

Os quadros 12 e 13, demonstram a evolução histórica das receitas e despesas da FACAPE nos últimos 5 anos (2011 a 2015, realizado), bem como, a previsão orçamentária para os próximos 5 anos (2016 a 2020, projetado), com os respectivos demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Quadro 12 – Receita, despesa e resultado da AEVSF realizados de 2011 à 2015

DESCRIÇÃO	REALIZADO				
	2011	2012	2013	2014	2015
1 - RECEITAS	13.765.704	17.200.503	16.153.011	18.003.441	19.011.179
1.1 - CORRENTES	13.765.704	17.200.503	16.153.011	18.003.441	19.011.179
1.1.1 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	13.052.900	16.683.495	15.620.328	17.463.186	18.459.759
1.1.2 - OUTRAS	712.804	517.008	532.683	540.255	551.420
2 - DESPESAS	14.401.170	17.336.632	16.203.757	17.798.502	20.042.028
2.1 - CORRENTES	13.843.954	16.842.529	16.038.720	17.450.610	19.325.310
2.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.554.758	12.506.415	12.676.086	13.664.611	15.560.333
2.1.2 - OUTRAS	4.289.196	4.336.114	3.362.634	3.785.999	3.764.977
2.2 - CAPITAL	557.216	494.103	165.037	347.892	716.718
3 - RESULTADO	- 635.466	- 136.129	- 50.746	204.939	- 1.030.849

Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

Quadro 13 – Receita, despesa e resultado da AEVSF projetado de 2016 à 2020

DESCRIÇÃO	PROJETADO				
	2016	2017	2018	2019	2020
1 - RECEITAS	20.501.086	21.752.479	23.003.872	24.255.265	25.506.658
1.1 - CORRENTES	20.501.086	21.752.479	23.003.872	24.255.265	25.506.658
1.1.1 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	19.733.956	20.893.297	22.052.638	23.211.979	24.371.320
1.1.2 - OUTRAS	767.130	859.182	951.234	1.043.286	1.135.338
2 - DESPESAS	20.453.511	21.556.516	22.659.520	23.762.524	24.865.529
2.1 - CORRENTES	20.044.441	21.125.386	22.206.330	23.287.274	24.368.218
2.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.362.809	17.245.213	18.127.616	19.010.020	19.892.423
2.1.2 - OUTRAS	3.681.632	3.880.173	4.078.714	4.277.254	4.475.795
2.2 - CAPITAL	409.070	431.130	453.190	475.250	497.311
3 - RESULTADO	47.575	195.963	344.352	492.741	641.129

Fonte: FACAPE- Setor de Contabilidade (2016).

Referências

BRASIL, Ministério da Integração. **Lei Complementar No. 113/2001** de 19 de setembro de 2001.

____ MEC. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 23 dezembro 1996.

____ MEC. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.

____ **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abril de 2004.

____ **Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 2006.

EUROPEAN COMMISSION. DIRECTORATE-GENERAL FOR EMPLOYMENT; SOCIAL AFFAIRS. UNIT D. **Corporate Social Responsibility: A business contribution to sustainable development**. Office for Official Publications of the European Communities, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução, Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

DELORS, J. (Org.) **Educação, um tesouro a descobrir**: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC, UNESCO. 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectivas S. A. 1998.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do XXI**. Tradução, Flávia Nascimento. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 588p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis. Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

SACRISTÁN. Gimeno J. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS. Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 1995.



Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE
Campus Universitário, s/n - Vila Eduardo • Petrolina - PE • CEP: 56.328-903
Fone: (87) 3866-3200 • FAX: 3866-3204 e 3866-3253